



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FEMINISTAS PARA A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

LUI DUQUE MAGNO

**PROF.^a PÓS-DOC. SILMERE ALVES SANTOS
(Orientadora)**

São Cristóvão/SE
2025

LUI DUQUE MAGNO

**CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FEMINISTAS PARA A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção
do grau de bacharel em Serviço Social.

PROF^a. PÓS-DOC. SILMERE ALVES SANTOS
(Orientadora)

São Cristóvão/SE
2025

LUI DUQUE MAGNO

**CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FEMINISTAS PARA A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

DATA DE APROVAÇÃO: 11/09/2025

Prof^ª. Pós-doc. Silmere Alves Santos (Orientadora)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Prof^ª. Pós-doc. Maria Helena Santana Cruz (Examinadora 1)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Prof^ª. Dr^a Catarina Nascimento Oliveira (Examinadora 2)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

São Cristóvão/SE
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a essa força energética que aprendi a chamar de *Deus*, mas que tem muitos outros nomes e formas, por ter me dado saúde e força para alcançar a formação profissional. Agradeço, na mesma frequência, à *Iroko*, Orixá Tempo que me ensinou a importância dos ciclos na minha vida. Onde antes eu apenas via espera, hoje vejo sentido.

Agradeço a meu pai *Pelé* (*Carlos Antônio, in memoriam*) por ter passado como herança para mim a chama ardente que até hoje queima forte como motriz da minha existência, sua paixão pela política pública e seu olhar atento para os menos favorecidos. Sinto seu amor diariamente mesmo de outra dimensão.

Agradeço às “mulheres de lá de casa” que vieram antes de mim pelo amor e cuidado que tiveram comigo durante todo o longo processo em que estive imersa nesta vida, principalmente à minha mãe *Nancy*, que desempenhou um papel brilhante na minha formação como ser humano, que me ensinou a ser compassiva, justa e honesta. Agradeço à minha irmã mais velha *Liz*, que incontáveis vezes me ajudou a encontrar o caminho que me faria mais feliz mesmo que significasse desviar do caminho esperado pela sociedade e à minha irmã do meio *Ize* que além de nos presentear com sua arte tão potente que suspende o cotidiano, sempre me protegeu quando eu não conseguia sozinha e segue fazendo isso, bradando contra o preconceito. Às três agradeço também por sempre me lembrarem de pôr mais lenha na fogueira da luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Essa conquista é tanto minha quanto de vocês.

Às minhas três sobrinhas lindas e perfeitas, *Mariana*, *Naomi* e *Manuela*. Cada uma com sua personalidade singular e forte me impressiona e me faz querer fazer do mundo um lugar um pouco melhor a cada respiro. Mari, minha Nana, segurar você no colo pela primeira vez silenciou o mundo inteiro. Naomi, minha dindinha, assistir seu nascimento fez meu medo de não ser suficiente sumir. Manu, minha caçula, a sua chegada, em plena pandemia, colocou tudo em perspectiva de novo. Tudo que faço hoje é por vocês.

À minha companheira *Janaína* que me incentiva todo dia e me ensina sobre o amor, o mundo, a justiça, entrega, gatos, plantas, a vida e seus sentidos. Obrigada por dividir comigo a delícia e o fardo que é viver. Esse lugar que construímos juntas se tornou um dos meus favoritos. Aproveito para celebrar a maravilha que é você, luz das minhas manhãs.

À *Maria Fernanda*, minha prima-irmã, agradeço por tantas vezes ser um respiro leve em meio ao caos e principalmente por ter me incentivado tanto a fazer a inscrição do ENEM em 2020, me emprestando os livros para relembrar os assuntos do ensino médio já tão distantes

para mim, me ajudado a construir um plano de estudo e me ligado tantas vezes, as vezes insistentemente, para eu começar. Sem você talvez eu nem teria descoberto minha vocação nessa vida.

Agradeço a minha família nas pessoas de minhas avós, *Vevé (Silvéria, in memoriam)* e *Janice*, por tantos pães quentinhos e ambrosia e um amor desinteressado que só avós sabem dar. Às minhas tias *Fátima* e *Rita* que com tanto cuidado e entrega entraram com a solução das condições materiais para que eu pudesse voltar à universidade e sempre me responderam com palavras de ânimo e demonstrações de orgulho aos meus resultados. À *vovó-tia Nola* por tanto cuidado quando morei em Salvador e pelas aulas de inglês. À *Tio Tonho* e *tia Dione* por terem sido meu porto seguro nos anos finais de ensino médio, época tão difícil de luto e luta. À *tio Marcos* por sua forma tão singular de demonstrar afeto e zelo repassando de bom grado todo seu conhecimento cultural desde tão novinha e até hoje. *Tia Ane* e *Dadinha* por cada uma, à sua maneira e à sua época, terem influenciado na formação da mulher que eu sou hoje.

À minha sogra *Rosemary*, meu sogro *Eduardo* e aos pais das minhas sobrinhas *João* e *Alex*, vocês, em seus caminhos bem distantes um do outro, são responsáveis pelos maiores presentes que recebi nessa vida. Por isso, meu muito obrigada!

Às minhas amigas e amigos antigos e novos que evitarei citar para não ser traída pela memória, agradeço o carinho e preocupação que sempre demonstraram nos momentos de felicidade e, na mesma intensidade, nos mais difíceis dessa jornada que é a vida. Agradeço por todo acolhimento e apoio mesmo quando não aprovavam minhas escolhas. A amizade de vocês, muitas vezes, renovou minha fé na humanidade.

Agradeço aos meus professores por todo ensinamento que me transformou de uma forma que nem posso nominar, em especial à professora orientadora *Silmere* pela paciência e compreensão nesta caminhada. Seus ensinamentos, seus conselhos preciosos, sua orientação afiada, sua expertise, com certeza me ajudaram a chegar aonde cheguei e seguirão comigo como exemplo na nova jornada que se iniciará daqui para a frente. Mas, principalmente, gostaria de agradecer a sua humanidade, seu cuidado e sua entrega ao que acredita, isso reflete muito na profissional que você é, coerente com o nosso projeto ético político.

Aos meus colegas de turma e de curso, dividir a sala de aula e as experiências extraclasse com vocês tornou tudo mais suportável. Mesmo com uma lacuna de mais de uma geração entre nós, nunca me senti sozinha e isso renovou minhas forças nos momentos de desânimo. Levarei um pouco de cada um de vocês na profissional em que agora me transmuta. Agradeço especialmente à *Camila* pela parceria que floresceu desde o primeiro dia, foi crescendo aos poucos e impactou na minha formação. Eu te saúdo, minha querida.

Por fim, a sensação agora é de que passei a minha vida inteira orbitando em torno da ideia de que eu deveria me tornar alguém que sempre fui. A visão ocidental acerca da linearidade do tempo que corre do passado na direção do futuro foi solapada em nós pela colonização, mas o resgate ancestral da cosmovisão tradicional Yorubá nos ensina que o tempo não é uma linha reta, mas um ciclo, como recitado no oríkì “Èṣù matou um pássaro ontem, com a pedra que atirou hoje”.

À *Lui* do passado-presente-futuro, eu agradeço.

*“Vivemos um tempo em que as velhas
respostas já não estão dando conta
das questões que nos afligem”*

Geni Nuñez

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dá a relação das teorias feministas com a formação profissional em nível de graduação no Serviço Social brasileiro. Para tanto desenvolveu os objetivos específicos de discorrer sobre a formação profissional do(o) assistente social no decorrer histórico, classificar a oferta de disciplinas de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social nas universidades federais do Brasil e analisar as teorias feministas utilizadas nas ementas e em quais pontos elas se correlacionam com os princípios do Código de Ética e com o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, a fim de confirmar ou refutar as hipóteses de que a inserção do gênero na formação do assistente social é um movimento de resistência histórica e que os princípios da profissão estão em consonância com o que defendem as teorias feministas. A pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualiquantitativa utilizou como base metodológica o materialismo histórico-dialético e as teorias feministas críticas para embasar procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi empregada para aprofundar o entendimento acerca de temas relevantes para este trabalho, como história da formação profissional e suas diretrizes curriculares, inserção do estudo de gênero na graduação de Serviço Social, teorias feministas e outros. Já a pesquisa documental debruçou-se no conteúdo dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais. Os dados coletados, qualitativos ou quantitativos, foram submetidos às etapas de análise de conteúdo de Bardin que incluem etapa de pré-análise, etapa de exploração do material, etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação para codificação. Utilizou-se também o suporte tecnológico da nuvem de palavras, gerada por meio de um software gratuito, a fim de auxiliar a visualização gráfica das palavras que mais aparecem nos nomes das disciplinas. Um dos principais resultados da pesquisa foi a categorização da prevalência optativa e pluralista no panorama do oferecimento das disciplinas com o enfoque em gênero nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras. Além disso, foi possível elencar as vertentes feministas que compunham os programas como feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo pós-moderno/interseccional ou feminismo decolonial. Conclui-se que os feminismos se apresentam como uma importante ferramenta estratégica de resistência às investidas ultraconservadoras que o Projeto Ético-Político do Serviço Social vem enfrentando na atual conjuntura, embora seja este mesmo projeto que impulsiona o debate pluralista de gênero para a marginalidade dentro da formação em Serviço Social.

Palavras-Chave: Gênero. Teorias Feministas. Serviço Social. Formação Profissional.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación es comprender la relación entre las teorías feministas y la formación profesional en Trabajo Social Brasileño a nivel de grado. Para ello, se desarrollan los objetivos específicos de discutir la formación profesional de los trabajadores sociales a lo largo de la historia, clasificar la oferta de cursos con perspectiva de género en los programas de grado de Trabajo Social de las universidades federales brasileñas y analizar las teorías feministas utilizadas en los programas de estudio y su correlación con los principios del Código de Ética y el Proyecto Ético-Político del Trabajo Social Brasileño. Este estudio busca confirmar o refutar las hipótesis de que la inclusión de la perspectiva de género en la formación en Trabajo Social constituye un movimiento histórico de resistencia y que los principios de la profesión se alinean con las teorías feministas. Esta investigación exploratoria, con un enfoque cualitativo y cuantitativo, utilizó el materialismo histórico-dialéctico y las teorías feministas críticas como base metodológica para fundamentar los procedimientos de investigación bibliográfica y documental. Se utilizó la investigación bibliográfica para profundizar en temas relevantes para este trabajo, como la historia de la formación profesional y sus directrices curriculares, la inclusión de estudios de género en los programas de pregrado de Trabajo Social, las teorías feministas, entre otros. La investigación documental se centró en el contenido de los Proyectos Políticos Pedagógicos de los programas de pregrado de Trabajo Social en universidades federales. Los datos recopilados, tanto cualitativos como cuantitativos, se sometieron al análisis de contenido de Bardin, que incluye el preanálisis, la exploración del material, el procesamiento de los resultados y la interpretación para la codificación. También se utilizó una nube de palabras generada por software libre para facilitar la visualización gráfica de las palabras que aparecen con mayor frecuencia en los títulos de los cursos. Uno de los principales resultados de la investigación fue la sistematización de la oferta de cursos con enfoque de género en los programas de pregrado en Trabajo Social de las universidades federales brasileñas, tanto optativos como pluralistas. Además, fue posible identificar las corrientes feministas que conforman los programas: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo posmoderno/interseccional y feminismo decolonial. La conclusión es que los feminismos se presentan como una importante herramienta estratégica para resistir los ataques ultraconservadores que enfrenta el Proyecto Ético-Político del Trabajo Social en el contexto actual, aunque es este mismo proyecto el que margina el debate pluralista sobre género en la formación en Trabajo Social.

Palabras clave: Género. Teorías feministas. Trabajo social. Formación profesional.

ABSTRACT

This research investigated the contributions of feminist theories to professional training in Social Work in Brazil. The overall goal was to understand how feminist theories relate to professional training at the undergraduate level in Brazilian Social Work. To this end, it developed specific objectives: discussing the professional training of social workers throughout history, classifying the offering of gender-related courses in the curricula of undergraduate Social Work programs at Brazilian federal universities and analyzing the feminist theories used in the syllabi and their correlation with the principles of the Code of Ethics and the Ethical-Political Project of Brazilian Social Work, and confirming or refuting the hypotheses that the inclusion of gender in social work training is a historical resistance movement and that the principles of the profession are aligned with the advocacy of feminist theories. This exploratory, qualitative-quantitative research used historical-dialectical materialism and critical feminist theories as its methodological framework to inform bibliographic and documentary research. Bibliographic research was used to deepen understanding of topics relevant to this work, such as the history of professional training and its curricular guidelines, the inclusion of gender studies in undergraduate Social Work programs, feminist theories, and others. Documentary research focused on the content of the Pedagogical Political Projects of undergraduate Social Work programs at federal universities. The collected data, both qualitative and quantitative, were subjected to Bardin's content analysis, which includes pre-analysis, material exploration, processing of results, and interpretation for coding. A word cloud generated by free software was also used to aid in the graphical visualization of the words that appear most frequently in course titles. One of the main results of the research was the systematization of the offerings of gender-focused courses in undergraduate Social Work programs at Brazilian federal universities, as electives and pluralists. Furthermore, it was possible to identify the feminist strands that comprised the programs, such as liberal feminism, socialist feminism, radical feminism, postmodern/intersectional feminism, and decolonial feminism. The conclusion is that feminisms present themselves as an important strategic tool for resisting the neoconservative attacks that the Ethical-Political Project of Social Work is facing in the current context, although it is this same project that drives the pluralistic debate on gender to the margins within Social Work education.

Keyword: Gender. Feminist Theories. Social Work. Professional Training.

LISTA DE SIGLAS

ABESS Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEAS Centro de Estudos e Ação Social
CEBS Comunidades Eclesiais de Base
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CRESS Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS Encontros Nacionais de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
GT Grupos Temáticos
IFES Instituição Federal de Ensino Superior
ME Movimento Estudantil
MEC Ministério da Educação
NDE Núcleo Docente Estruturante
OIT Organização Internacional do Trabalho
PEPSS Projeto Ético-Político do Serviço Social
PPC Projetos Políticos Pedagógicos de Curso
RMA Região Metropolitana de Aracaju
UFAL Universidade Federal de Alagoas
UFAM Universidade Federal do Amazonas
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFCG Universidade Federal de Campina Grande
UFES Universidade Federal do Espírito Santo
UFF Universidade Federal Fluminense
UFG Universidade Federal de Goiás
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA Universidade Federal do Maranhão
UFMT Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UFPE Universidade Federal de Pernambuco
UFPI Universidade Federal do Piauí

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS Universidade Federal de Sergipe
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM Universidade Federal de Santa Maria
UFT Universidade Federal do Tocantins
UFTM Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU Universidade Federal de Uberlândia
UNB Universidade de Brasília
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo
UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA Universidade Federal do Pampa
UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CURRÍCULO E CÓDIGO DE ÉTICA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1946).....	34
QUADRO 2 – REFORMAS CURRICULARES (1953 A 1970) E CÓDIGO DE ÉTICA (1965).....	36
QUADRO 3 - REFORMA CURRICULAR (1970-1982) E CÓDIGO DE ÉTICA (1975)	38
QUADRO 4 – REFORMA CURRICULAR (1982-1996) E O CÓDIGO DE ÉTICA (1986).....	39
QUADRO 5 – CURRÍCULO BÁSICO (1996-ATUAL), 30 ANOS DE VIGÊNCIA	41
QUADRO 6 - AQUI ESTÃO OS FEMINISMOS: A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (2025).....	60
QUADRO 7 – DISCIPLINA, MODALIDADE DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E PERÍODO (REGIÃO NORDESTE).....	62
QUADRO 8 - DISCIPLINA, MODALIDADE DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E PERÍODO (REGIÃO CENTRO-OESTE)	64
QUADRO 9 - DISCIPLINA, MODALIDADE DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E PERÍODO (REGIÃO SUDESTE).....	67
QUADRO 10 - DISCIPLINA, MODALIDADE DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E PERÍODO (REGIÃO SUL)	70
QUADRO 11 - DISCIPLINA, MODALIDADE DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E PERÍODO (REGIÃO NORTE).....	72

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO-VISUAL 01: NUVEM DE PALAVRAS DA REGIÃO NORDESTE, RELAÇÕES DE GÊNERO E FAMÍLIA	63
GRÁFICO-VISUAL 02: NUVEM DE PALAVRAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE, GÊNERO, RAÇA, ETNIA E SEXUALIDADE NA POLÍTICA SOCIAL	65
GRÁFICO-VISUAL 03: NUVEM DE PALAVRAS DA REGIÃO SUDESTE, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E QUESTÃO SOCIAL	68
GRÁFICO-VISUAL 04: NUVEM DE PALAVRAS DA REGIÃO SUL, RELAÇÃO SOCIAIS DE GÊNERO ...	71
GRÁFICO-VISUAL 05: NUVEM DE PALAVRAS DA REGIÃO NORTE, SEMINÁRIOS DE RELAÇÕES DE GÊNERO E ETNIA	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 O DELINEAR DA PESQUISA	20
2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	30
2.1 Análise histórica da fundamentação teórica que orienta a formação profissional de assistentes sociais.....	30
2.2 A inserção dos debates de gênero no Serviço Social.....	44
2.3 Teorias feministas e suas vertentes: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo interseccional e feminismo decolonial.....	50
3 AONDE ESTAO OS FEMINISMOS? caracterização e análise dos componentes curriculares sobre gênero e teorias feministas no Serviço Social brasileiro	56
3.1 Os Projetos Políticos Pedagógicos de formação em Serviço Social e a oferta da disciplina de gênero na graduação.....	56
3.1.1 – Região Nordeste: a prevalência do caráter optativo e da categorização pluralista	61
3.1.2 – Região Centro-Oeste: a predominância da oferta obrigatória e da categorização ortodoxa/dogmática	64
3.1.3 – Região Sudeste: a preponderância da oferta obrigatória e da categorização pluralista.....	66
3.1.4 – Região Sul: a prevalência da modalidade de oferta optativa e da categorização pluralista.....	69
3.1.5 – Região Norte: o predomínio da oferta obrigatória e da categorização dualista	72
3.1.6 – A prevalência da oferta optativa, pluralista e o Projeto Ético-Político do Serviço Social	74
3.2 Olhando para o futuro: a formação profissional de assistentes sociais e as contribuições dos feminismos	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
APÊNDICES	104
Apêndice 1 - Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Nordeste).....	105
Apêndice 2 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Centro-Oeste)	108
Apêndice 3 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Sudeste)	109
Apêndice 4 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Sul)	113

Apêndice 5 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Norte)	115
---	-----

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão marcada por processos históricos de disputas teórico-metodológicas e ético-políticas. Entretanto o que nunca se alterou é um componente que muito pouco influenciou em seus muitos processos de reformulações, renovações, reconceituações ou retomadas conceituais, a predominância feminina na composição do quadro profissional.

Por conta disso, o Serviço Social carrega e sempre carregou um estereótipo pejorativo de ser um “trabalho de mulher”, tanto por ser exercido majoritariamente por mulheres, quanto por se tratar de uma atividade que atende uma maioria esmagadora de mulheres em diversas situações de vulnerabilidade, o que durante muito tempo construiu um uma falsa necessidade de um determinado tato que era erroneamente atribuído como sendo exclusivo das mulheres.

Eu tive a sorte de ter sido criada numa família em que meus pais estiveram inseridos, ainda na faculdade, em movimentos de resistência à ditadura civil militar, também fui ensinada, ainda garota, sobre as relações sociais de exploração-opressão-dominação e como a vida das mulheres sente os impactos do machismo, especialmente, quando nossos corpos enquanto entidades políticas desejam ocupar espaços que ordinariamente nos são negados.

Adicionalmente, também tive a oportunidade de participar, enquanto bolsista de extensão e depois como voluntária, de atividades junto a alguns coletivos de mulheres organizadas de Sergipe, inclusive pude participar da Marcha das Margaridas em Brasília em agosto de 2023, onde acompanhei milhares de mulheres do campo, das águas e das florestas do Brasil inteiro em luta por uma sociedade que reconheça e valide nossas existências, o que resultou na produção de um relato de experiência em forma de artigo científico que apresentei na I Conferência Internacional Marxismo Feminista, em abril de 2024 e também no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2024.

Ademais, colaborei como voluntária em duas pesquisas de iniciação científica que versavam sobre temas correlatos aos estudos de gênero, em que uma mapeou as organizações feministas da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e a outra pesquisou as violências institucionais de gênero no contexto brasileiro.

Mesmo assim, apesar da leitura feminista e a militância em coletivos feministas e LGBTQIAPN+ já ser uma prática corriqueira em minha vida desde antes de entrar na universidade, ainda não havia entendido a relação do gênero e das teorias feministas com a prática profissional e a formação da identidade profissional, mudança que vivenciei com o

estudo sobre relações sociais de classe, raça e gênero no contexto do Serviço Social ao cursar a disciplina Relações de Gênero e Serviço Social, inserida na grade curricular optativa do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e ministrada pela professora Catarina Nascimento de Oliveira, o que redirecionou sua própria caminhada acadêmica.

A partir da alavancagem teórica proporcionada por essa disciplina, tornou-se uma constante em meus arroubos de pesquisadora iniciante uma pergunta: Será que as(os) outras(os) futuras(os) assistentes sociais terão a oportunidade de perceber ainda na sua formação a evidente relação intrínseca entre essas duas áreas do conhecimento?

Com isso, apresentou-se como objeto de pesquisa para este trabalho de conclusão de curso a necessidade inequívoca de compreender as contribuições das teorias feministas à formação profissional em Serviço Social no Brasil ao classificar como se dá o oferecimento das teorias feministas nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais do Brasil.

A primeira seção, intitulada **O DELINEAR DA PESQUISA**, apresenta a fundamentação teórica do objeto, os objetivos geral e específicos, as justificativas de relevância acadêmica, profissional e social, retoma brevemente parte da relevância pessoal acima mencionada e finaliza destrinchando a fundamentação metodológica e os procedimentos adotados.

A segunda seção, **FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**, traz um panorama histórico sobre a formação profissional, em que a subseção *Análise histórica da fundamentação teórica que orienta a formação profissional de assistentes sociais* aborda as fundamentações teóricas que permearam a profissão e sua relação com os projetos de sociedade de cada época, com os currículos, os códigos de ética correlatos e as reformas curriculares pelas quais a formação profissional passou durante os seus quase 90 anos de institucionalização no Brasil. Já a subseção *A inserção dos debates de gênero no Serviço Social* trata da inserção do conteúdo de gênero na formação profissional e como se deram os processos de correlação de forças institucionais, em uma perspectiva sócio-histórica. A subseção *Teorias feministas e suas vertentes: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo interseccional e feminismo decolonial*, versa sobre as teorias feministas e suas vertentes, enquanto fundamentação que possibilitará a categorização dos conteúdos da ementa e bibliografia básica das disciplinas de gênero existentes nos projetos políticos pedagógicos pesquisados.

A última seção, **AONDE ESTAO OS FEMINISMOS? caracterização e análise dos componentes curriculares sobre gênero e teorias feministas no Serviço Social brasileiro**,

ocupa-se de expor os achados da pesquisa sobre como se dá o oferecimento das teorias feministas na graduação em Serviço Social nas universidades federais do Brasil. A subseção *Os Projetos Políticos Pedagógicos de formação em Serviço Social e a oferta da disciplina de gênero na graduação* discorre sobre o que são projetos políticos pedagógicos de curso de modo a enfatizar porque eles são relevantes para o que essa pesquisa propõe. Depois disso a subseção subdivide-se em itens com a classificação e análise dos dados, separando-os por região do Brasil e culmina com as inferências sobre a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o panorama observado no oferecimento das disciplinas com o enfoque em gênero nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras que se mostrou predominantemente optativo e pluralista.

A subseção *Olhando para o futuro: a formação profissional de assistentes sociais e as contribuições dos feminismos* alude aos impactos do recrudescimento do conservadorismo no futuro da formação profissional e a pressão que a pós-modernidade exerce sobre o Serviço Social. Finaliza abordando como os feminismos se apresentam como uma importante ferramenta estratégica de resistência às investidas ultraconservadoras que o Projeto Ético-Político do Serviço Social vem enfrentando na atual conjuntura, embora seja este mesmo projeto que impulsiona o debate pluralista de gênero para a marginalidade dentro da formação em Serviço Social.

Por fim, as considerações finais trazem as sínteses analíticas do que foi destrinchado nas seções e subseções supracitadas, retomam as questões de pesquisa e associada a elas as elucidações que a pesquisa permitiu, confirma as hipóteses de que a inserção do gênero na formação da(o) assistente social é um movimento de resistência histórico e que os princípios da profissão estão em consonância com o que defendem as teorias feministas. Ademais, resume as inferências fomentadas pelos achados da pesquisa elencados anteriormente e expõe as possibilidades de continuação desta pesquisa, como por exemplo análise da produção científica do Serviço Social ou a categorização da oferta das teorias feministas na pós-graduação.

Indica-se a leitura deste trabalho de conclusão de curso para todas as pessoas que desejam conhecer como se dá o oferecimento dos conteúdos de gênero das teorias feministas nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais do Brasil ou pretendam entender a conexão entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, as teorias feministas e o pluralismo.

Desejo uma boa leitura!

1 O DELINEAR DA PESQUISA

O Serviço Social é uma profissão arrolada na divisão social e técnica do trabalho e tem como sua matéria-prima laboral as expressões da “Questão Social”, como postulado por Iamamoto e Carvalho (1982).

Essa perspectiva é aprofundada por Netto (1989) que além de reafirmar que é uma profissão, adiciona que não é uma teoria e explica, numa entrevista transcrita por Hillesheim (2022), que a partir do reconhecimento da categoria enquanto profissão assalariada, as(os) assistentes sociais passaram a entender que seria necessário desenvolver novas habilidades intelectuais e, portanto, começaram a demonstrar interesse na produção de conhecimento. Todavia, “mesmo quando o assistente social elabora teoricamente objetos da sua prática, mesmo quando dispõe de instrumentos crítico-analíticos e teóricos para dilucidar objetos da sua práxis, ele está produzindo conhecimentos sociais” (Netto apud Hillesheim, 2022, p. 8) e não uma teoria.

Na análise de Iamamoto (2014), inicialmente, o Serviço Social foi influenciado pelo pensamento conservador difundido pela Igreja Católica, mas, não sem atraso, vivenciou um avizinhamento com a tradição marxista e passou a tender para uma abordagem mais crítica.

Contudo, com base no que escreveram Borges e Cruz (2019), o Serviço Social também compõem o arsenal das profissões que fazem parte da divisão sexual do trabalho e, assim sendo, reproduzem relações de

[...] dominação, subordinação, discriminação e correlação de forças[...] Reconhecê-lo como trabalho em serviço permite entender que existe uma divisão sexual nesse setor que segmenta as profissões femininas relegando a estas, predominantemente o “trabalho social” e relacionando ele ao baixo estatuto das profissões a elas relativas (Borges e Cruz, 2019, p. 25).

Por conta disso, o Serviço Social é encarado, pejorativamente, como “trabalho de mulher”, como acontece com muitos outros trabalhos da esfera da reprodução social da força de trabalho que são invisibilizados ou diminuídos na sociedade. Estes trabalhos, quando inseridos no universo doméstico e não remunerados, são compulsoriamente relegados às figuras femininas das famílias, sendo elas, mães, avós, tias, filhas mais velhas e quando remunerados fica a cargo das empregadas domésticas, babás, cozinheiras, faxineiras, lavadeiras, diaristas,

passadeiras, entre outras. Quando fora das residências pode se elencar merendeiras, cozinheiras, professoras da educação básica, enfermeiras, assistentes sociais e muitas outras.

Ainda vale ressaltar que:

Sem essas possibilidades de extração de trabalho não remunerado, o sistema capitalista não teria vias de sustentação. Há uma conexão material e simbólica dessas opressões que não pode ser ignorada e que nos indica que repensar a sobrevivência é, também, enfrentar o patriarcado e o racismo e sua invisibilidade ante as pautas priorizadas pelo movimento feminista (Lima; Vasconcelos; Jalil, 2021, p. 15).

Adicionalmente ao supracitado, cabe partilhar que gênero é considerado por Joan Scott (1995) como uma categoria útil de análise pois trouxe um contorno relacional ao que antes era conhecido como estudos femininos - centrado isoladamente na mulher. Ou seja, o uso da categoria gênero, além de dar passabilidade a esses estudos, porque pairava desatrelado da péssima imagem do antipatizado feminismo do século XIX, também passou a sugerir que se tratava do estudo da mulher e do homem, visto que é uma mesma sociedade onde os dois coabitam e desempenham papéis sociais.

Para a referida autora, o gênero é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21). Na primeira instância, das diferenças percebidas entre os sexos, estabelece-se por quatro elementos: símbolos culturais, conceitos normativos, noção política e identidade subjetiva. Já na perspectiva de relações de poder, Scott (1995) infere que as estruturas hierárquicas foram historicamente construídas fundamentadas na conjectura de que as relações sociais entre masculino e feminino seriam naturais e pendiam para a superioridade masculina.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007) existem dois princípios organizadores da divisão social do trabalho: o princípio da separação que pressupõe que existe trabalho de homem e trabalho de mulher e o princípio da hierarquização que pressupõe que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher.

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

As autoras ainda prosseguem trazendo à tona que mediante uma categorização que encontra legitimação biológica pode aparentar que esta divisão sexual do trabalho seria imutável, mas esta não é o caso, pois ela apresenta uma incrível plasticidade nas suas modalidades pois estas sofrem fortes influências do espaço e das mudanças concernentes a passagem do tempo.

Para contextualizar o movimento feminista historicamente no mundo menciona-se brevemente sobre as três primeiras ondas do feminismo com base no que aponta Oliveira (2015). A primeira onda foi marcada pela ascensão do movimento em favor do direito ao sufrágio, à propriedade e ao acesso à educação. Já a segunda onda contemplou o fervor da revolução sexual, principalmente, em favor da inserção das mulheres no mercado de trabalho, como também popularizou o debate sobre o controle da reprodução e fomentou o debate sobre a igualdade. A terceira, com uma virada pós-modernista, focou em diferenciar as mulheres e concretizou a institucionalização e organização necessária ao movimento.

As conquistas relativas às ondas mencionadas acima contemplaram majoritariamente as mulheres de pele clara da alta sociedade, que tiveram acesso aos direitos que foram conquistados. Lima, Vasconcelos e Jalil (2021) discutem acerca de a história conhecida sobre o avanço do movimento feminista mundialmente ser narrada por mulheres privilegiadas que demandavam, por exemplo, a sua inserção na esfera do emprego, coisa que as mulheres negras nunca precisaram pleitear, visto que sempre ocuparam postos de trabalho, primeiramente, devido à obrigatoriedade da escravização e depois pela necessidade de manter a subsistência de suas famílias.

Todavia, Oliveira (2015) compartilha que há uma quarta onda gerada a partir de novas dinâmicas sociais e políticas produzidas pelos feminismos dos países localizados politicamente fora do eixo considerado produtor de conhecimento, ou seja, na contramão das anteriores e caracterizada por “compreender os novos formatos de participação política das mulheres, os contornos que molduram os feminismos do Sul global e as respostas que estes tem dado para além-fronteiras” (Oliveira, 2015, p. 52).

De acordo com Martinez (2021), outra marca significativa da quarta onda é a forte presença digital das lutas feministas por conta dos novos contornos que a tecnologia, as redes sociais e as plataformas *online* trouxeram. Isso foi sentido tanto na mobilização e articulação política que adquiriram formas mais espontâneas, horizontais e descentralizadas de militância, quanto na ampliação da agenda feminista ao incorporar de forma mais enfática pautas relacionadas às interseccionalidades como raça, classe, sexualidades e outras.

Esse novo ciclo de ativismo evidenciou uma lógica de denúncia pública contra as múltiplas formas de violência de gênero em um cenário viral e midiático que suscitou uma radicalidade que consiste em questionar não apenas as leis, mas também valores culturais, normas sociais e subjetividades construídas sob o patriarcado, ou seja, historicamente organizadas a partir do domínio masculino. Sendo assim, a despatriarcalização não se limita a incluir mais mulheres, mas engloba a transformação da lógica de poder que sustenta a desigualdade de gênero.

Como destaca Carmem Silva (2016), apesar de todo movimento feminista ser um movimento de mulheres, nem todo coletivo de mulheres agrupadas deve ser entendido como um movimento feminista, todavia que por vezes se diferenciam por seu caráter. Por conta disso, é necessário compreender a ideia de feminismos plurais inclusive para:

[...] problematizar a concepção predominante que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. O debate latino-americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente que não considera a questão de raça e classe, relacionado à colonialidade do poder e do saber, não pode desconhecer feminismos contra-hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas na experiência brasileira e, quiçá, latino-americana (Silva, 2016, p. 15).

Diante do exposto, constata-se a necessidade premente de pesquisar a relação entre o Serviço Social e as teorias feministas. E é isto que se intenciona debater a partir desta pesquisa. Consequentemente, traduz-se em um objeto de pesquisa com o propósito de compreender as contribuições das teorias feministas à formação profissional em Serviço Social no Brasil. A formulação do problema de pesquisa impulsiona a investigação que, nos termos dos ensinamentos de Gil (1999, p.64), “assume o caráter de um sistema coordenado e coerente de conceitos e proposições”, o que é essencial para conferir significado científico ao problema.

À vista disto, questiona-se: O que é possível assimilar ao fazer uma revisão histórica da formação profissional da(o) assistente social? Como se caracteriza o oferecimento das disciplinas de gênero no curso de Serviço Social das Universidades Federais do Brasil ao explorar seus projetos políticos pedagógicos? Em que as correntes feministas contemporâneas conversam com os princípios do Código de Ética do Serviço Social e com o Projeto Ético Político da profissão? Quais as contribuições das teorias feministas à formação profissional em Serviço Social no Brasil?

Entende-se que a elucidação desses questionamentos seria um caminho para uma análise abrangente das dinâmicas da formação da(o) assistente social, especificamente, no contexto brasileiro. Dito isto, em relação às questões acima elencadas, formam-se duas hipóteses, que, na pesquisa científica, de acordo com Gil (1999), tem a função principal de “sugerir explicações para os fatos” (Gil, 1999, p. 56) e podem vir a ser aceitas como uma resposta ao problema ou não.

Primeiramente conjectura-se que o oferecimento das disciplinas de gênero na formação da(o) assistente social fez parte de um movimento de resistência histórico de aprofundar o debate da formação profissional em consonância com a teoria crítica, seja em uma vertente materialista histórico-dialética ou em uma vertente pós-modernista. Além disso, supõe-se também que a formação em Serviço Social no Brasil em consonância com os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social e com o Projeto Ético Político da profissão está afinada com o que propõem as teorias feministas, pois estas afirmam princípios que convergem com o que se espera da construção de uma identidade profissional da(o) assistente social.

Nestes termos, são apresentados como objetivos da pesquisa:

Objetivo geral:

- Compreender como se dá a relação das teorias feministas com a formação profissional em nível de graduação no Serviço Social brasileiro.

Objetivos específicos:

- Discorrer sobre a formação profissional da(o) assistente social no decorrer histórico;
- Classificar a oferta de disciplinas de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social nas Universidades Federais do Brasil, com base em seus projetos pedagógicos;
- Analisar as teorias feministas utilizadas nas ementas e em quais pontos elas se correlacionam com os princípios do Código de Ética e com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Com intenção de justificar a execução desta pesquisa, serão compartilhados quatro campos de relevância, a começar pela relevância para a formação profissional. O Serviço Social, enquanto área do conhecimento, hegemonicamente, explica todos os fenômenos sociais como expressões da “Questão Social”.

Entretanto, nem todos os desdobramentos das relações sociais podem ser assim encarados, pois em muitos recortes serão fruto de dois outros sistemas consubstanciados ao capitalismo, mas anteriores a ele, o patriarcalismo e o racismo. Nesse viés, o tema abordado ressoa academicamente com o Serviço Social ao enfatizar a importância da apreensão acerca das particularidades das relações sociais de gênero e como estas estabeleceram-se desde os primórdios das sociedades pré-capitalistas e contribuíram para a efetivação do sistema capitalista, e, assim sendo, não podem ser explicadas como derivadas desse sistema econômico, pois as relações sociais, dialeticamente, são formadoras e formadas pelas relações de exploração inerentes aos sistemas de opressão.

A respeito da relevância profissional, é impossível não mencionar que por ser essa uma profissão majoritariamente composta por mulheres e seus campos de atuação reproduzirem opressões como reflexo da sociedade patriarcal, esta pesquisa também pretende contribuir para ampliar o debate da temática neste âmbito, com a intenção de promover a defesa do projeto ético-político profissional.

Acredita-se que o estudo dessa conjuntura impacta na construção crítica da dimensão teórico-metodológica e, conseqüentemente, na dimensão técnico-operativa e, por conseguinte, aprimora a capacidade de atuação profissional e engajamento da categoria de assistentes sociais na promoção de uma sociedade mais igualitária. Dito isto, vale mencionar que é inclusive hipótese desta pesquisa o nítido entrelaçamento entre os princípios que defende essa profissão e as teorias feministas críticas.

Quanto ao aspecto da relevância social, este trabalho investigou uma dimensão contraditória no contexto social brasileiro. Atualmente, ideais liberais de igualdade de oportunidades sobressaem no imaginário popular de desejo de vida, mas o que ainda se perpetua na realidade objetiva são relações sociais de gênero patriarcalistas e desiguais de subalternidade que além de subjugar as pessoas socializadas como mulheres, ainda explora a força de trabalho destas, haja vista que, na maioria das vezes, são elas que realizam o trabalho doméstico não remunerado sem o qual não se reproduz a força de trabalho responsável por produzir a mais valia que é a condição inalienável de existência do capitalismo. Ou seja, as relações sociais de classe, raça e gênero que estão sedimentadas e são reproduzidas pelo capitalismo, racismo e patriarcalismo, são estruturantes da sociedade atual, o que significa dizer que sem a divisão social, sexual e racial do trabalho a sociedade não existiria tal como é.

Por fim, mas não menos importante, na seara da relevância pessoal pode-se retomar a já mencionada relação desta pesquisadora com os feminismos, bem como o impacto dos estudos de gênero para a formação da identidade profissional que vivenciou em sua própria formação

profissional após cursar a disciplina Relações de Gênero e Serviço Social, inserida na grade curricular optativa do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa utilizou como base metodológica o materialismo histórico-dialético, método de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas que delimita o foco na teoria social crítica de Marx. Entretanto, para esse trabalho também foram utilizadas as teorias feministas críticas, pois, especificamente, no caso desse objeto, não há como abordá-lo apenas pelo viés da classe e encará-lo como expressão da “Questão Social” e desconsiderar os outros sistemas que não só o atravessam, mas também se consubstanciam ao capitalismo para manutenção da ordem social vigente, fundadas no Patriarcalismo e no Racismo.

Nas palavras de Triviños (1987) tanto o materialismo histórico quanto o materialismo dialético se encarregam de entender e explicar de modo inteligível a sociedade, os fenômenos e o conhecimento, porém o materialismo histórico o faz sem perder de vista a importância das transformações da história ao longo de distintos marcos temporais, e o materialismo dialético se ocupa de não perder de vista a importância do contexto social e suas contradições.

O autor ainda levanta três premissas acerca da concepção materialista. A primeira diz que tudo que existe, sejam fenômenos, objetos ou processos, é matéria propriamente dita, a segunda diz que essa matéria existe mesmo que não se tenha consciência dela e apesar de que se tenha consciência dela e a terceira diz que a ela sempre se pode conhecer. Ou seja, apesar da materialidade das coisas ser real mesmo que não se saiba da existência dela, sempre é possível, ao homem dotado de dialética, a qualquer momento buscar saber.

Para Netto (2011) os pilares fundamentais do materialismo histórico-dialético podem ser definidos a partir de três categorias centrais: totalidade, historicidade e dialética. A totalidade compreende a realidade com todas as suas complexidades sem fragmentação analítica, tendo o concreto como síntese de múltiplas determinações. A historicidade por sua vez, compreende que os fenômenos sociais são compostos e transformados historicamente, pois são resultados das relações sociais concretas em cada tempo e espaço. Por fim, a dialética, ou unidade dos contrários, é o princípio organizador do método. Não é apenas uma forma de pensar, mas a forma como a realidade se move, por meio da contradição, uma vez que os fenômenos sociais não são estáticos ou harmônicos, mas sim atravessados por antagonismos e tensões.

Um adendo a considerar, é como essas características supracitadas devem refletir na conduta do pesquisador pautado nesse método. Malagodi (1995) infere que o materialista dialético observa as relações sociais que existem de fato e não as que almeja. Assim sendo, adota uma postura pesquisadora respeitosa com a existência dos seres sociais, mas não busca

analisar a singularidade de cada relação social, mas a dinâmica das relações sociais que influenciam inclusive nas singularidades e subjetividades da sociedade.

A realidade se transforma por conta das próprias contradições dela, entretanto, não há como conhecer a sociedade sem se colocar como componente dos movimentos dela, e para tal, é necessário conhecê-la para então se ver inserido nela, o que só é possível ao conhecê-la e assim sucessivamente. É um processo que se retroalimenta por conta de sua natureza.

Desta forma, o materialista dialético sempre se apresenta questionando a sociedade da qual faz parte intencionando mudanças, porque entende que a “existência prática do homem” (Malagodi, 1995, p. 71) não se dissocia da existência da própria sociedade em que está inserido por ser este um ser social. Contudo, essa consciência da sua existência prática só se dá quando abandona a reflexão do externo e passa a se enxergar, objetivamente, como parte componente da própria sociedade que analisa.

Com foco no objeto de pesquisa, cabe defender que a articulação com o materialismo histórico-dialético se dá, primeiramente, na totalidade ao passo que se desenvolverá uma pesquisa que visa discutir sobre as principais teorias feministas críticas que foram utilizadas para embasar os trabalhos e em quais pontos elas se correlacionam com os princípios do Código de Ética e com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Em segundo plano, também visa adentrar a historicidade na medida em que pretende discorrer sobre a formação profissional da(o) assistente social no Brasil. Não menos importante, dialeticamente a intenção é compreender as contribuições do gênero à formação profissional e à produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, com a intencionalidade de adentrar na importância da compreensão sobre as relações sociais e as contradições inerentes à sociedade capitalista, racista e patriarcalista.

Adicionalmente, é importante observar que por ser o marxismo o paradigma hegemônico que baseia teórico-metodologicamente a profissão, torna-se pertinente a apreensão das teses do método materialista histórico-dialético, a saber, a totalidade - para fazer análise de conjuntura tão indispensável para Serviço Social brasileiro; a especificidade histórica - para não esquecer que existem componentes antecedentes que atravessam os seres sociais e para não confundir a formação com os pressupostos pós-modernistas, mas permitir uma abertura para considerar suas críticas; a dialética - para apreender a dinâmica contraditória das expressões da questão social e das relações sociais.

A pesquisa é caracterizada como exploratória com abordagem qualiquantitativa, o que significa dizer que seu propósito é desenvolver o assunto até aqui explicitado, a fim de elaborar pressupostos verificáveis, como postula Gil (1999). Segundo o autor, esse tipo de pesquisa é

feito “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...] é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses” (Gil, 1999, p. 43).

Em relação às técnicas qualitativas empreendidas tem-se: pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (1999), a pesquisa exploratória, na maioria das vezes conta com a pesquisa bibliográfica e documental, que o autor define como vantajosa por “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 1999, p. 65).

A pesquisa bibliográfica foi empregada para aprofundar o entendimento acerca de temas relevantes para este trabalho, como história da formação profissional e suas diretrizes curriculares, inserção do estudo de gênero na graduação de Serviço Social, teorias feministas e outros. Já a pesquisa documental debruçou-se no conteúdo dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais.

Em decorrência de um dos objetivos específicos, variáveis quantitativas apareceram, visto que para classificar a oferta das disciplinas de gênero nas Universidades Federais foi necessário pesquisar quais tem o curso de Serviço Social; quantas delas ofertam alguma disciplina de gênero; e quantas ofertam em formato obrigatório e quantas em optativo.

Esses dados foram organizados de maneira descritiva com a intenção de apresentar “[...] características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 1999, p. 44) e fornece uma visão do problema, aproximando-se da pesquisa exploratória.

Em uma primeira análise, identificou-se que apenas 35 (50,72%) universidades públicas federais das 69 (100%) catalogadas oferecem o curso de Serviço Social no Brasil. Dasquelas, 31 (88,57%) oferecem disciplinas de gênero, sejam elas obrigatórias ou optativas. Logo, o universo desta pesquisa é composto por 31 cursos de Serviço Social.

Os dados, conteúdos coletados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, foram submetidos às etapas de análise de conteúdo, conforme apresenta Bardin (1977), quais sejam: etapa de pré-análise, que abrange a organização e escolha do material a ser analisado, a partir dos objetivos, que fornece uma direção à análise; a etapa de exploração do material, que engloba a administração sistemática, desde que tudo tenha sido bem organizado na etapa anterior; e a etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que caracteriza-se por transformar os dados obtidos em algo com significado, através de um processo chamado de codificação. Cumpridas essas três etapas, é possível à pesquisadora fazer interpretações que podem servir a fins teóricos ou pragmáticos.

Para fins de organização e sistematização, a caracterização foi separada por região do Brasil, em subitens dentro da seção 3 de análise dos achados da pesquisa, organizada em quadros com informações extraídas dos PPCs como: formato de oferta, carga horária e nome das disciplinas, bem como as suas ementas e os principais autores da bibliografia básica.

Na fase analítica, as bibliografias básicas das disciplinas foram categorizadas como: pluralistas, se indicassem que abordavam metade ou mais das vertentes feministas; dualista quando estavam presentes duas abordagens; e ortodoxa/dogmática quando estava presente apenas uma vertente feminista. As abordagens/vertentes feministas indicadas a partir da fundamentação teórica adotada foram: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo pós-moderno/interseccional, feminismo decolonial.

Ademais, foi utilizada a ferramenta tecnológica para elaboração de uma nuvem de palavras gerada por um *software* alimentado com os nomes das disciplinas de cada agrupamento regional, a fim de demonstrar visualmente as palavras mais usadas nas nomenclaturas de cada região. A ferramenta utilizada foi um *software* de geração de nuvem de palavras gratuito chamado *Word Art*.

Baseando-se em Vilela, Ribeiro e Batista (2020), nuvem de palavras é um mecanismo tecnológico que produz uma representação gráfico-visual que auxilia na análise da frequência que uma mesma palavra aparece em um ou mais textos. De acordo com os autores, “quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico-visual. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto” (Vilela, Ribeiro e Batista, 2020, p. 31).

Por fim, a pesquisa alcançou a produção de inferências sobre abordagens feministas presentes da formação profissional em Serviço Social no Brasil.

2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Essa seção aborda como a formação profissional em Serviço Social é fruto de um longo processo histórico e social de apropriações, adaptações, renovações, reformulações, reformas e outros tantos fenômenos que forjaram a construção de diversos projetos profissionais referentes a cada época da sociedade brasileira e resultaram no currículo que orienta a formação hoje de forma hegemônica.

A subseção *Análise histórica da fundamentação teórica que orienta a formação profissional de assistentes sociais* aborda as fundamentações teóricas que permearam a profissão e sua relação com os projetos de sociedade de cada época, com os currículos, os códigos de ética correlatos e as reformas curriculares pelas quais a formação profissional passou durante os seus quase 90 anos de institucionalização no Brasil.

Já a subseção *A inserção dos debates de gênero no Serviço Social* trata da inserção do conteúdo de gênero na formação profissional e como se deram os processos de correlação de forças institucionais, em uma perspectiva sócio-histórica.

Por fim, a subseção *Teorias feministas e suas vertentes: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo interseccional e feminismo decolonial*, versa sobre as teorias feministas e suas vertentes, enquanto fundamentação que possibilitará a categorização dos conteúdos da ementa e bibliografia básica das disciplinas de gênero existentes nos projetos políticos pedagógicos pesquisados.

2.1 Análise histórica da fundamentação teórica que orienta a formação profissional de assistentes sociais

O Serviço Social, enquanto profissão, surgiu em um contexto de transformações sociais e econômicas ocorridas no século XIX, período em que a industrialização e o capitalismo passaram a modificar significativamente a dinâmica da sociedade. Na Europa, as condições de exploração as quais se sujeitavam a classe operária e a crescente miséria resultante dessa nova fase de acumulação de riquezas foram elementos essenciais para o surgimento da profissão.

A Igreja Católica, atenta a essa realidade, percebeu um espaço para voltar a exercer o poder que outrora tinha na sociedade e aproveitou esse momento para se posicionar, não apenas para auxiliar os mais pobres, mas também para reforçar os valores cristãos. Com a finalidade

de reformar a sociedade, adaptando-a aos moldes cristãos, promover uma convivência harmoniosa entre patrões e empregados e, simultaneamente, se opor ao comunismo, a igreja divulga as Encíclicas Papais. Esse movimento de intervenção social por parte da Igreja foi um dos primeiros marcos do que viria a ser o Serviço Social.

No Brasil, as protoformas do Serviço Social também tiveram sua gênese ligada à Igreja Católica e suas ações filantrópicas. O antagonismo entre burguesia e proletariado causado pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, deu margens à estratificação social, uma vez que os trabalhadores enfrentavam longas jornadas de trabalho, baixos salários e a negação de seus direitos. Através de sua organização enquanto classe, surgiram as primeiras Leis Sociais no Brasil. As reivindicações da classe operária, no entanto, não cessaram, e com a formação de organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores, como as Ligas Operárias e os Congressos Operários, a questão social se tornou cada vez mais visível.

Segundo Carvalho (1986), é nesse contexto que surgem as protoformas do Serviço Social, ainda vinculadas à Igreja e com um enfoque moral e religioso, mas já voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais. As ações sociais, nesse momento, estavam longe de questionar as estruturas do capitalismo, tratando a questão social de uma maneira individualizada e moralizante. Por meio da caridade e da filantropia, a Igreja Católica fundamentada em princípios ético-religiosos associados à filosofia neotomista harmonizada com os valores da democracia liberal, buscava “ajudar” os mais vulneráveis, enquanto também propagava seus dogmas religiosos e afastava as ideias comunistas.

Como teorizou Castro (2011), com a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), fundado por um grupo de mulheres burguesas que estavam preocupadas em melhorar seu apostolado social, estudar para difundir a doutrina social da Igreja e realizar ações sociais com base nessa orientação, começaram a surgir os primeiros sinais da profissionalização do Serviço Social no Brasil. Desta forma, com respaldo de assistentes sociais belgas nasceu a primeira Escola de Serviço Social no Brasil em 1936, a Escola de Serviço Social de São Paulo.

Com base no autor, “no Brasil, a origem da profissão está indissolúvelmente ligada a ação da Igreja e à sua estratégia de adequação às mudanças econômicas e políticas que alteravam a face do país naquele período” (Castro, 2011, p. 109). Tanto a escola paulista de Serviço Social como a carioca, por conta da influência da Igreja Católica, formavam profissionais que orientassem a família operária e as instituições no caminho da reprodução dos costumes, com base em um “currículo fragmentado, centrado no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos” (Faleiros, 2000, p. 165).

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (Iamamoto, 2013, p. 23).

Abreu (2010) discute como a função pedagógica dos assistentes sociais nos processos de institucionalização da profissão estava vinculada à organização da cultura dominante, buscando reduzir as manifestações da questão social à esfera individual. Esse enfoque moralizador e individualizante, ao invés de questionar as estruturas de poder, atuava como um mecanismo de controle social. A autora também analisa o movimento de construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória dentro do Serviço Social, especialmente a partir da crise profissional nos anos 60.

A crise profissional define-se portanto, pelas contradições presentes no processo de desenvolvimento do Serviço Social na dinâmica da sociedade, configurando, por um lado, a negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das classe subalternas e a necessidade de superação das referidas bases mediante construção de um projeto profissional vinculado às forças progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social; e, por outro, a resistência à mudança, que exige a reatualização e a reafirmação do projeto profissional tradicional conservador (Abreu, 2010, p. 129).

Esse movimento foi gerado pela tensão entre os projetos baseados no crescimento econômico do capitalismo e os projetos vinculados às lutas sociais e aos processos revolucionários, como o renascimento das discussões marxistas e o fortalecimento dos movimentos de liberação.

A Teologia da Libertação, que buscava associar cristianismo e marxismo, tornou-se uma importante referência nesse processo, defendendo uma luta contra as relações de exploração e dominação da sociedade capitalista e convocando os cristãos a aderirem à luta pelo socialismo. Esse movimento ideológico também encontrou eco nas ideias pedagógicas de Paulo Freire, que influenciaram diretamente as práticas de formação social e política dentro do Serviço Social, exemplificadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs, enquanto expressões concretas de processos pedagógicos, tiveram um impacto significativo no país, mobilizando amplamente o enfrentamento das expressões da questão social.

Em síntese, o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil refletiu diversas adaptações ao longo do tempo, com a introdução de novos paradigmas metodológicos e uma crescente conscientização crítica da profissão. Ou seja, a formação profissional em Serviço Social

historicamente é derivada de um processo por si só já muito contraditório, visto que a profissão nasce do conservadorismo¹ e hoje traz como base teórico-metodológica o marxismo, percebe-se que partiu de um extremo a outro num longo processo de reformulação estrutural e curricular, articulado com a luta pelo enfrentamento da ditadura militar no Brasil.

Quando se fala em formação profissional é importante frisar que não é simplesmente preparar pessoas para assumir um emprego, na verdade “trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (Iamamoto, 2013, p. 191).

É a articulação entre ensino, pesquisa e extensão orientada por diretrizes básicas, conhecidas como Diretrizes Curriculares e que servem como referência para a estruturação dos programas de formação profissionais. Por vezes, a implementação dessas diretrizes gerou preocupações, pois padronização pode acabar por conferir um caráter restritivo de controle, com base em Silva (1998).²

Segundo Aranha e Santos (2006), as Diretrizes Curriculares Básicas do Serviço Social são fruto de um processo de reformulação e revisão dos currículos mínimos propostos desde a institucionalização da formação profissional como parte do movimento necessário de acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade e que influenciam as necessidades do fazer profissional. As diretrizes que estão em vigência atualmente foram formatadas nos primeiros anos da década de 90, na emergência da redemocratização do Brasil, e aprovadas em 1996 na assembleia geral da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS que passa a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, embora já tenham passado por revisões também, como será exposto adiante.

Entretanto, para compreender o currículo atual é imprescindível compreender o processo histórico e social que o influenciou, pois cada currículo que foi proposto e implementado anteriormente coadunava com o projeto profissional que se intencionava alcançar e que estava sendo atravessado por projetos sociais distintos, como bem explica Iamamoto (2014). Por conta disso, também é possível visualizar sua influência nos Códigos de Ética da profissão contemporâneos a eles, haja vista que:

¹ “[...] o conservadorismo fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da autoridade baseada na hierarquia e na ordem; nega a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna” (Barroco, 2010, p. 172).

² Entretanto, o Edital número 4 de 10 de dezembro de 1997 do Ministério da Educação que convocou as universidades a apresentarem propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores mencionava uma ressalva: “permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definidas.”

[...] a ética profissional é uma dimensão importante para a profissão, uma vez que possibilita elencar e mediar o conjunto de necessidades, demandas e respostas que a legitimam na sociedade de classes. É uma dimensão essencial para a prática profissional, pois fornece elementos valorativos que conduzem a profissão numa direção ético-política com vistas a viabilização dos direitos humanos no processo de produção e reprodução das relações sociais (Silveira, 2019, p. 2).

De acordo com Aguiar (1995), na sua primeira fase a formação profissional era doutrinária e moral na intenção de formar trabalhadores para, além de reconstruir a sociedade com base nos ensinamentos cristãos, reestabelecer a ordem social por meio do respeito à autoridade. Para isso, a escola dos futuros profissionais deveria primar por formação científica, técnica, prática e pessoal. Da mesma forma, o Código de Ética de 1947 traduz esses valores cristão quando menciona o respeito a lei de Deus, a manutenção dos bons costumes e a caridade cristã.

Quadro 1 – Currículo e Código de Ética, formação profissional em Serviço Social no Brasil (1946)

FASE	VIÉS TEÓRICO	ÁREA / DISCIPLINAS	CÓDIGO DE ÉTICA 1947
Da institucionalização até a criação do currículo mínimo 1953	Neotomismo <i>“Formação Doutrinária e Moral”</i>	Formação Científica: Sociologia Psicologia Biologia Moral Formação Técnica: Natureza do Serviço Social Noções de Técnicas Auxiliares Moral Profissional Formação Prática: Visitas a obras sociais e famílias necessitadas Estágio e Supervisão Formação Pessoal: Círculo de Estudos e Orientação Individual Doutrina Católica e Moral (deveria impregnar toda formação não ficando restrita a uma área específica e podendo sobrepor, inclusive, a técnica)	ELEMENTOS RELACIONADOS Deveres do Assistente Social: -Cumprir os compromissos, respeitando a lei de Deus e os direitos naturais do homem; -Recusar colaboração se julgar algo ilegal, injusto ou imoral; -Manter os bons costumes; Deveres para com o beneficiário: -Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã; Deveres para com os colegas: -Tratar os colegas com perfeita cortesia; -Não aceitar proposta para ocupar um cargo que fora ocupado por um colega sem antes procurá-lo para informar-se da razão da dispensa; Deveres para com a organização: -Pautar suas atividades por critério justo e honesto, empregando todo o esforço em prol da dignidade e elevação das funções exercidas.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Aranha e Santos (2006) contam que após a criação da ABESS em 1946, foi criado um currículo mínimo, o de 1953, enquanto o Brasil vivenciava um momento de desenvolvimento com caráter progressista. Esse currículo se caracterizou por manter alguns traços do anterior, mas dar ênfase à família. Ao introduzir o viés funcionalista as disciplinas focavam na metodologia de caso, grupos e comunidades e refletia uma prática profissional clínica e moralizante.

Conforme Vieira (1977), a chegada do Método de Casos ao Brasil, representou uma mudança significativa na abordagem do Serviço Social por ser um processo de interação entre a(o) assistente social e o então chamado cliente, com o objetivo de tratar problemas oriundos da questão social de maneira técnica e individualizada, onde a responsabilidade era posta no indivíduo e não como um reflexo das desigualdades estruturais da sociedade capitalista e suas relações sociais. Ou seja, a relação entre assistente social e cliente, dentro desse modelo, visava corrigir as disfunções do indivíduo, sem questionar o funcionamento da sociedade como um todo.

Com a repressão vivenciada no país e na América Latina nos anos 60, durante o período de ascensão de inúmeros regimes ditatoriais, o tradicionalismo, antes tão valorizado na gênese da profissão, vai encontrando resistência, o que sedimenta o que Barroco (2005, p. 141) chamou de “erosão das bases de legitimação do *ethos* tradicional”. Isso resulta no redirecionamento das bases teóricas da formação profissional num processo que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação da profissão, do qual derivaram três vertentes distintas: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora intencionava facilitar o processo de desenvolvimento pelo qual a sociedade passava e para isso misturava pressupostos do movimento filosófico neotomista aos aspectos mais técnicos embasados teoricamente no estrutural-funcionalismo, incorporado a partir da influência norte americana, sem romper com a base teórica anterior.

Em consonância, o Código de Ética de 1965 trazia em seu bojo o fato de a família ser o grupo natural de desenvolvimento humano, chamava as pessoas alvo do trabalho da(o) assistente social de cliente ao mesmo tempo que mencionava grupos e comunidades, citava ser dever do profissional a solução dos vários problemas sociais e ainda considerava dever profissional seguir diretrizes hierárquicas.

Quadro 2 – Reformas Curriculares (1953 a 1970) e Código de Ética (1965)

FASE	VIÉS TEÓRICO	DISCIPLINAS	CÓDIGO DE ÉTICA DE 1965
Da criação do currículo mínimo 1953 até 1964	Neotomismo/ Funcionalismo <i>“Formação Clínica e Moralizante”</i>	I Sociologia e Economia Social Direito e Legislação Social Higiene e Medicina Social Psicologia e Higiene Mental Ética Geral e Profissional. II Introdução e fundamentos do Serviço Social Métodos do Serviço Social Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade Serviço Social em suas especializações Família - Menores - Trabalho - Médico III Pesquisa Social Tempo Mínimo de 3 anos	ELEMENTOS RELACIONADOS Deveres fundamentais: -O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade; Deveres para com as pessoas, grupos e comunidades: -O assistente social em seu trabalho junto aos clientes, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais; -O assistente social deve interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país; Deveres para com os serviços empregadores: -O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes, emanadas do seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega; -O assistente social deve zelar pelo bom nome da entidade que o emprega, prestando-lhe todo esforço para que a mesma alcance com êxito seus legítimos objetivos; Da responsabilidade: -Além do respeito às disposições legais, a responsabilidade moral deve ser o alicerce em que se assentará p trabalho do assistente social, pois na consciência reta estará a maior garantia do respeito e exercício dos direitos individuais e sociais; -Todo assistente social, mesmo fora do exercício de sua profissão, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para bom conceito da profissão.
Da reforma curricular em 1964 a nova reforma curricular em 1970	Neotomismo/ Funcionalismo	Adicionou: Administração em Serviço Social Desmembrou: Sociologia de Economia Social Serviço Social de Casos de Serviço Social de Grupos e de Desenvolvimento e Organização da Comunidade Retirou: Métodos do Serviço Social Serviço Social em suas especializações Família - Menores - Trabalho - Médico	

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A outra vertente, chamada Reatualização do Conservadorismo, se caracterizava por restaurar o conservadorismo precedente da profissão com uma roupagem mais moderna e contava com o embasamento teórico da fenomenologia, numa evidente “recusa dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista” (Netto, 2006, p. 199). A referida reforma do conservadorismo é possível pois:

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar e suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (Iamamoto, 2013, p. 26).

De acordo com Iamamoto (2013), o conservadorismo está na raiz da interpretação da profissão e por isso as reformas curriculares não permitem o abandono total de sua influência, como aconteceu com a reforma de 1970 que adequou o currículo a proposta fenomenológica, mas permaneceu com componentes conservadores menos evidentes, mas enraizados. Da mesma forma o Código de Ética de 1975 passa a mencionar pela primeira vez direitos além de deveres, sendo que um deles é o direito de cobrar honorários do cliente pelo seu trabalho desde que respeitando regulamentos. Outro dado novo é que o Código de Ética se refere à diagnósticos e planos de tratamentos como atividades profissionais da(o) assistente social e dada a época de repressão em que o país se encontrava, também cita o dever de se abster de manifestações e o dever de distinguir solidariedade de ser conivente com erros, nitidamente estimulando uma atitude fiscalizatória.

Quadro 3 - Reforma Curricular (1970-1982) e Código de Ética (1975)

FASE	VIÉS TEÓRICO	CICLO / DISCIPLINAS	CÓDIGO DE ÉTICA DE 1975
Da reforma curricular em 1970 a revisão curricular ampla em 1982	Fenomenologia <i>“Formação psicologizante”</i>	Ciclo Básico: Sociologia Psicologia Economia Direito e Legislação Social Teoria do Serviço Social Ciclo Profissional: Serviço Social de Casos Política Social Ética Profissional Serviço Social de Grupo Serviço Social de Comunidade.	ELEMENTOS RELACIONADOS Primeiro código que menciona direitos além de deveres; -Livre acesso ao cliente; -Contratação de honorários segundo normas regulamentares; Deveres: -Abster-se de atos ou manifestações incompatíveis com a dignidade da profissão; -Esclarecer o cliente quanto ao diagnóstico, prognóstico, plano e objetivos do tratamento, prestando à família ou aos responsáveis os esclarecimentos que se fizerem necessários; -Distinguir a solidariedade da convivência com o erro e combatê-lo em face dos postulados éticos e da legislação profissional vigente; -Começam a aparecer referências a condutas éticas no âmbito da produção do conhecimento. Proibição: -Criticar de público, na presença de cliente ou de terceiros, erro técnico - científico ou ato de colega atentatório à ética.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Por conseguinte, a vertente da Intenção de Ruptura não pode ser considerada ainda uma ruptura porque apesar dessa corrente trazer críticas com uma evidente oposição à ordem burguesa ainda eram manifestações isoladas e não chegavam às bases da organização da sociedade, como teoriza Iamamoto (2013).

Ademais a autora menciona que era necessário que no campo da formação profissional fosse aprofundada a compreensão de que o fazer profissional tinha implicações políticas e que precisava considerar a luta de classe e sua influência sobre o fazer profissional, haja vista que as vezes, o profissional pode trabalhar vinculado à força que controla a classe trabalhadora.

Logo, o currículo ganhou contornos um pouco mais críticos, mas se amparava na perspectiva da busca democrática e sua base teórica era uma apropriação enviesada e insuficiente da tradição marxista.

Aí são apontados ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais

simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico. Em termos políticos, questiona-se o basismo, o voluntarismo, o messianismo, o militatismo, o revolucionarismo (Barroco, 2005, p. 166-167).

Igualmente, o Código de Ética de 1986 adquire essa característica dual onde traz componentes um pouco mais críticos como passar a denominar a pessoa alvo do trabalho da(o) assistente social de usuária(o), mencionar o direito à participação na elaboração das políticas, cita a todo momento a luta da classe trabalhadora e os direitos da população usuária, mas ainda não traz um posicionamento ético-político direcionado para alcançar um *ethos* profissional comprometido com a transformação da sociedade. Segundo Barroco (2005, p. 177), não demonstra “uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe”.

Quadro 4 – Reforma Curricular (1982-1996) e o Código de Ética (1986)

FASE	VIÉS TEÓRICO	ÁREA / DISCIPLINAS	CÓDIGO DE ÉTICA DE 1986
De 1982 até o novo currículo básico atual de 1996	Tradição Marxista Enviesada <i>“Formação enviesada”</i>	Área Básica Filosofia Sociologia Psicologia Economia Antropologia Formação Social, Econômica e Política do Brasil Direito e Legislação Social Área Profissional Teoria do Serviço Social Metodologia do Serviço Social História do Serviço Social Desenvolvimento da Comunidade Política Social Administração em Serviço Social Pesquisa em Serviço Social Ética Profissional em Serviço Social Planejamento Social	ELEMENTOS RELACIONADOS Direitos: -Livre acesso aos usuários de seus serviços; -Participação na elaboração das Políticas Sociais e na formulação de programas sociais; -Remuneração por seu trabalho profissional definida pelas organizações sindicais, estaduais e nacionais, articuladas a luta geral da classe trabalhadora; -Participação em manifestações de defesa dos direitos da categoria e dos interesses da classe trabalhadora; -Contribuir para alteração da correlação de forças do interior da instituição para reformulação de sua natureza, estrutura e programa tendo em vista os interesses da classe trabalhadora. Deveres: -Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora; -Democratizar as informações disponíveis no espaço institucional, como dos mecanismos indispensáveis à participação social dos usuários; -Denunciar, no exercício da profissão, às organizações da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, qualquer forma de agressão à integridade física, social e mental,

			bem como abuso de autoridade individual e institucional; -Discutir com os usuários seus direitos e os mecanismos a serem adotados na sua efetivação e em novas conquistas; -Contribuir para que os usuários utilizem os recursos institucionais como um direito conquistado pela classe trabalhadora; -Respeitar, no relacionamento com o usuário, o seu direito à tomada de decisões, o saber popular e a autonomia dos movimentos e organizações da classe trabalhadora. -A crítica pública a colega deverá ser sempre objetiva, construtiva, comprovável de inteira responsabilidade de seu autor e fundamentada nos preceitos deste Código
--	--	--	--

Fonte: Elaboração Própria (2025)

É possível inferir, ao analisar os postulados de Iamamoto (2013, p. 192) que por vezes é necessário analisar criticamente a própria formação para aproximar-se do “dever-ser profissional” e revisar, quantas vezes necessário for, o currículo. Ela também garante que esse movimento de atualização da proposta curricular não pode acontecer à revelia das(os) estudantes.

Na perspectiva de Barroco (2005), aproximar-se da teoria marxista, da maneira que foi apreendida, serviu para que a classe descobrisse a dimensão político-ideológica da profissão, mas não desnudou as mediações ético-morais dela.

Embora o currículo de 1982 marque um novo paradigma no que diz respeito à formação acadêmico-profissional, este traz alguns equívocos que provocaram a necessidade de outra revisão, demonstrando o amadurecimento intelectual gestado no interior da profissão, com o aprofundamento da vinculação ao pensamento da tradição marxiana, e a “empreitada” política na defesa dos direitos e da cidadania, que levou a uma atuação profissional cada vez mais voltada para as políticas sociais (Cardoso, 2016, p. 449).

Sendo assim, o “novo currículo” é gestado em 1996, com uma “lógica que não separa história, teoria e método, é própria da matriz crítico-dialética que possibilita a reconstrução de distintas realidades e do fazer profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais a partir das mediações realizadas” (Simionatto, 2004, p. 34).

Para fins de classificação teórica, a formação foi dividida em eixos norteadores ou núcleos de fundamentação, mais precisamente. De acordo com o texto das Diretrizes Curriculares de 1996, ao Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social cabe a abordagem da totalidade histórica que permite compreender o que é e como se constrói o ser social, o processo de desenvolvimento da sociedade burguesa e seus elementos de continuidade

e ruptura. Já ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira cabe o conhecimento acerca do que constitui a sociedade brasileira economicamente, socialmente, politicamente e culturalmente, incluindo suas regionalidades e particularidades. Por fim, ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional cabe a especialização da prática profissional focada nas múltiplas expressões da questão social.

No começo dos anos noventa, o avanço do neoliberalismo no cenário político e econômico da sociedade brasileira forneceu fôlego novo para o debate da questão ética na categoria o que deu sustentação a uma proposta de formação comprometida em efetivar a ruptura com as bases conservadoras. Nasce então o Código de Ética de 1993 para materializar o Projeto Ético-Político profissional que foi historicamente construído coletivamente.

O novo Código de Ética que até os dias atuais continua sendo o código vigente³, emerge num momento histórico de redemocratização, logo, seus princípios norteadores da prática profissional exaltam a liberdade como valor ético central, defesa dos direitos humanos, luta contra o autoritarismo, menciona o aprofundamento da democracia, a construção de uma nova ordem societária sem exploração de classe, etnia e gênero. A partir deste código, a esfera política passa a ser componente da identidade profissional e não um entrave ao trabalho ético e isso está expresso no código de ética profissional.

Quadro 5 – Currículo Básico (1996-atual), 30 anos de vigência

FASE	VIÉS TEÓRICO	NÚCLEOS / DISCIPLINAS	CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993
Novo currículo básico atual de 1996	Materialismo Histórico-Dialético <i>“Formação crítico-dialética”</i>	Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social Filosofia Psicologia Sociologia Econômica Política Ciência Política Antropologia Direito Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais Formação Sócio-histórica do Brasil Política Social	ELEMENTOS RELACIONADOS Princípios: -Liberdade como o valor ético central; -Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo -Defesa do aprofundamento da democracia; -Posicionamento em favor da equidade e justiça social; -Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; -Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Direitos: -Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar

³ O Código de Ética aprovado em 13 de Março de 1993 passou por algumas alterações introduzidas por meio das Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Também passou por adequação da linguagem de gênero no ano de 2010, após deliberação do 39º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS.

		Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social Processo de Trabalho do Serviço Social Administração e Planejamento em Serviço Social Pesquisa em Serviço Social Ética Profissional Atividades Indispensáveis Integradoras do Currículo Estágio Supervisionado Trabalho de Conclusão de Curso	serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; Deveres: - Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; - Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
--	--	---	---

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Na fase analítica dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, considera-se que os elementos que foram categorizados e sistematizados no Quadro 1 sobre os primeiros currículos e o primeiro código de ética que trazem dentre eles a caridade cristã, as exigências morais conservadoras atreladas à identidade profissional e os dogmas religiosos, deixam uma trilha que pode ser observada e seguida até a atualidade, mesmo com as revisões curriculares e com as renovações dos códigos.

A título de demonstração, por exemplo, no Quadro 2 é possível visualizar que no Código de 1965 ainda eram deveres da(o) assistente social zelar pela família e se interessar por resolver os grandes problemas sociais, ao mesmo passo em que na formação ainda existiam disciplinas moralizantes como uma disciplina para higiene mental.

Na sequência, no Quadro 3 apesar da reforma curricular “enxugar” o currículo e retirar algumas disciplinas, a base teórica fenomenológica ainda conferia uma formação psicologizante para responsabilização dos sujeitos pelos seus problemas o que se refletia numa atitude profissional fiscalizadora e policialesca, reforçada pelo Código de ética de 1975 que colocava como dever profissional fiscalizar e denunciar o colega de profissão.

No Quadro 4, pode-se perceber uma nítida tentativa de resistência no Código de Ética 1986 com indicações de deveres como denunciar agressões ou abusos de poder das autoridades, defender a classe trabalhadora, direito de se manifestar, enquanto na formação começam a aparecer contornos de um movimento para estimular alguma reflexão crítica.

Entretanto a intenção de ruptura é um processo contínuo que se dá até os dias atuais, pois o conservadorismo está enraizado não apenas na formação profissional, mas também no

imaginário popular que se tem da profissão que alimenta o estereótipo da “moça boazinha” que muitas vezes a sociedade enxerga ou quer enxergar nas assistentes sociais.

[...] o exercício profissional será associado a atributos e qualidades tidas como femininas, como o amor ao próximo, o devotamento e abnegação, mas também ao papel assumido pelas mulheres no âmbito privado, como responsáveis pelos cuidados e reprodução do grupo familiar e guardiãs da moral, o que contribuirá para erigir a “naturalização” do Serviço Social como uma carreira feminina (Tavares e Lisboa, 2015, p. 60).

Isso por si só já justificaria a necessidade de recorrer a um tipo de produção de conhecimento científico que se afaste da ciência cartesiana (aquela que exige objetividade e neutralidade, mas que nunca foi neutra quando na perspectiva de gênero) para que seja possível alcançar uma leitura social em que o pesquisador está inserido no objeto de sua análise.

É pertinente retomar que mesmo que o currículo tenha amadurecido numa perspectiva crítica, como é possível acompanhar no Quadro 5, as reformas e revisões podem fazer parecer que a ruptura se efetivou todavia é imprescindível compreender que todos os projetos profissionais apresentados anteriormente não deixaram de existir quando a nova perspectiva se apresentou. Se trata de projetos profissionais em constante disputa. Não é porque a perspectiva crítica é hegemônica na atualidade que ela é homogênea.

Uma vez que largas frações dos trabalhadores são partícipes dos avanços antidemocráticos recentes no país e que assistentes sociais são componentes dessa mesma classe social, é correto inferir que tais avanços também são identificados no seio da própria categoria profissional. As múltiplas disputas entre projetos societários distintos que se operam cotidianamente nas relações sociais em geral vêm se materializando aceleradamente entre assistentes sociais. Não que se trate de algo inédito, mas de um fenômeno adensado nos últimos anos. O pior dos equívocos seria negá-lo. Abordar na esfera do debate moral esse crescente movimento é nivelar-se ao mesmo patamar qualitativo dos seus interlocutores. A disputa interna pela direção ético-política no Serviço Social está posta. E ela é legítima (Moreira, 2019, p. 553).

Algumas autoras do Serviço Social (Lima, 2014; Tavares e Lisboa, 2015) suscitam que o debate acerca do gênero ganha relativa importância nas diretrizes curriculares de 1996 e passa a ser considerada como um debate que deve perpassar a formação profissional. O que se pôde constatar é que tanto no texto original das diretrizes aprovado em assembleia pela ABEPSS, quanto o texto homologado pelo MEC trazem duas menções a palavra gênero.

A primeira menção é quando explicita o que compete ao núcleo de formação sócio-histórica brasileira e ao especificar os impactos do desenvolvimento capitalista peculiares da realidade brasileira detalha “[...] suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero

e étnico raciais, exclusão social, *etc.*” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 11). É nítido que aqui se aloca o gênero na especificidade de expressão da questão social.

Contudo, na segunda menção que se dá em uma das ementas das matérias básicas chamada “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais” a menção é às relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade enquanto constituintes dos movimentos sociais. Nessa menção insere-se uma abertura para a abordagem feminista da questão.

Por conseguinte, o “novo” Código de ética de 1993 que, apesar de revisado, se sustenta até hoje, traduziu no âmbito da ética profissional a essência do processo de luta coletiva que foi a redemocratização do Brasil. Há nele evidências robustas de uma perspectiva crítica, como já mencionado anteriormente.

Tudo até aqui mencionado demonstra que o Serviço Social apesar de ser historicamente uma profissão executada por mulheres e sua formação ter sido revisada e reformulada inúmeras vezes, seja no contexto da formação do *ethos* profissional, seja na formatação dos princípios éticos, até o fim dos anos noventa ainda não tinha consolidado um espaço de debate acerca do gênero e dos feminismos dentro da formação profissional. Então, um longo movimento de resistência histórico precisou ser empreendido para inserir o debate no seio da teoria crítica hegemônica no Serviço Social.

2.2 A inserção dos debates de gênero no Serviço Social

Como já ficou bem evidente o Serviço Social é uma profissão interventiva, investigativa e produtora de conhecimento, mas não é, nem produz teoria. Relembrado isso, é importante mencionar que como toda profissão é necessário delimitar qual a área de atuação do seu trabalho e qual seu objeto de trabalho.

Como teoriza Iamamoto (1998, p. 55), “o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade”. Desta forma, é correto dizer que não há como trabalhar sem constante processo investigativo, pois não há possibilidade de atuar naquilo que se desconhece. Todavia, não há como conhecer por completo a realidade visto que ela é fruto de múltiplas determinações e está em constante transformação. Sendo assim, é necessário “abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (*Idem*, p. 57).

Ainda é possível depreender que mesmo que a(o) assistente social tenha autonomia de escolher onde trabalhar, como desempenhar suas funções e de que forma organizar seus processos de trabalho, essa autonomia é relativa, pois a(o) profissional “[...] não detém os meios

necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos [...]” (Iamamoto 1998, p. 63).

Adicionalmente ao supracitado, cabe salientar que esta profissão é exercida por sujeitos de classe que possuem um perfil majoritariamente composto pelo gênero feminino. Para especificar, no perfil divulgado pelo CFESS (2022), do total das(os) profissionais registrados, 92,92% se identificaram como pertencentes ao gênero feminino.

De acordo com as palavras de Iamamoto (1998):

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do assistente social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem uma composição social predominantemente feminina, o que afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma. Este recorte de gênero explica, em parte, os traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social e acadêmico” (Iamamoto, 1998, p. 64).

Da mesma forma, consta no perfil do CFESS (2022) que em relação à pertença étnico-racial, a metade (50,34%) das(os) profissionais se autodeclarou como pertencente a raça negra ou de cor da pele preta/parda.

Ademais, o perfil das(os) usuárias(os) que costumam procurar os espaços sócio-ocupacionais em busca do atendimento social da(o) assistente social é igualmente racializado e generificado, o que quer dizer que possui raça e gênero, além de classe social bem delimitados, sendo expressivamente mulheres pretas as mais afetadas pelas contradições consubstanciadas da sociedade, ou, como chama a Organização Internacional do Trabalho (OIT), determinantes de gênero na pobreza das mulheres.

Munido desses dados relevantes sobre o perfil profissional, bem como sobre o perfil da maioria das(os) usuárias(os) dos espaços sócio-ocupacionais, é inevitável questionar a centralidade da formação em suas diretrizes curriculares ser focada apenas na compreensão do produto da exploração proveniente da acumulação do capital, isto é a questão social, e não adensar esse protagonismo na mesma proporção com as outras duas estruturas de exploração-opressão-dominação – a saber racismo e patriarcalismo. É a essas questões que esta pesquisa se dedica.

Nesse sentido, a apreensão das desigualdades de gênero, bem como seu combate, é estrategicamente central, tendo em vista a direção social do projeto ético-político defendido pelas entidades da categoria (a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO), projeto que tem como horizonte teleológico a construção da emancipação política e humana e de uma sociedade ontologicamente libertária (Moreira *et al.*, 2006, p. 152).

Todavia, as atualizações curriculares realizadas no Brasil, necessárias quando as abordagens teóricas, disciplinas, conteúdos, formatos e currículos se mostraram insuficientes para lidar com a complexidade da realidade objetiva e com os desdobramentos do fazer profissional eticamente comprometido evidenciam entraves significativos para assumir a formação em gênero e raça, oriundas das teorias feministas, com a devida relevância imbricadas ao Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, ao Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e, conseqüentemente, diretamente relacionada ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, dado que as usuárias dos serviços sociais são também, em sua maioria, mulheres pretas e pobres.

Assim, defende-se que as Diretrizes Curriculares assumam a obrigatoriedade da oferta de disciplinas em gênero e raça na formação em Serviço Social, de modo a ultrapassar a restrição da formação para apenas aquelas(es) discentes que tem oportunidade de participação na iniciação científica, ofertada por grupos de pesquisa especializados nestes temas, haja vista que essas vagas são escassas, o que resulta alcance restrito e não ampliado. Ou mesmo na condição de oferta optativa, pois esta também é uma modalidade de oferta que só atinge parte das(os) discentes.

Ademais,

[...] uma vez que na atuação profissional dos assistentes sociais, as questões de gênero, de raça/etnia e direitos humanos estão presentes e para que os profissionais possam atuar frente a essas questões faz-se necessário conhecimento científico, sendo imprescindível que tais temáticas sejam discutidas nas instituições de ensino através de disciplinas presentes nas grades curriculares obrigatórias dos cursos (Ramos; Santos; Martins, 2023, p. 53).

O que ratifica as constatações de Borges e Cruz (2019), quando explicitam que a inserção dos debates de gênero na formação profissional vem sendo ofertada predominantemente de forma optativa.

De acordo com Tavares e Lisboa (2015), a aproximação do Serviço Social aos debates de gênero se deu tardiamente com as primeiras aparições a partir dos anos 90⁴, juntamente com a absorção da tradição marxista.

⁴ Em 1992 nasce a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). “Ela surge, exatamente, para aglutinar e dar visibilidade às(aos) pesquisadoras(es) da temática nessas duas regiões isoladas(os) e excluídas(os) das esferas culturais hegemônicas concentradas no Centro-Sul do país, constituindo-se, desde seu primeiro momento, em um espaço de produção, troca de conhecimento, estímulos e afetividade” (Borges e Cruz, 2019, p. 32).

Todavia, ao abraçar a teoria marxiana, a profissão tornou-se refém de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, na medida em que, ao priorizar o enfoque de classe, ignorou outros elementos constitutivos das relações sociais presentes no cotidiano das práticas, entre eles as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (Tavares e Lisboa, 2015, p. 60).

As autoras compartilham que as poucas iniciativas de aludir as questões relativas à mulher, ao gênero ou aos feminismos se davam por meio de trabalhos apresentados nos espaços de encontros propostos pela categoria agrupados sob o nome Temas Emergentes em Serviço Social.

A ABEPSS encampa esforços para inserir debates relevantes ao Serviço Social no seio da formação profissional por meio dos órgãos de apoio acadêmico-científico. No Art. 33 do seu Estatuto de 2008 consta que estes órgãos são: os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), a Comissão Editorial da Revista *Temporalis* e as Comissões Temporárias de Trabalho.

Os GTPs são formados por pesquisadores com interesses em subáreas da produção do conhecimento em Serviço Social e visam o fortalecimento das linhas de pesquisa e do debate sobre determinado tema, bem como fazer levantamentos periódicos do que está sendo teorizado naquela linha e socializar em ações acadêmico-científicas e nos Encontros Nacionais de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). A ABEPSS afirma em seu *site* que os GTPs são necessários à reflexão teórica e os avalia como “espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento” (ABEPSS, 2025).

A pesquisadora Mauriel (2017, p. 264-265) narra que a implantação concreta dos GTPs só aconteceu no XII ENPESS no ano de 2010 e expõe que se trata de uma estratégia “de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento que os pesquisadores são constantemente submetidos à lógica meritocrática e cada vez mais intensificada de trabalho”. Sendo assim, foram instituídos sete GTPs iniciais, sendo eles: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Hoje a ABEPSS possui oito GTPs, pois o GTP de número 6 que hoje se chama “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social” foi reformulado em 2016 quando a ênfase de geração que antes fazia parte dele desvinculou-se para protagonizar o GTP 8, intitulado “Serviço Social, Geração e Classe Social”.

Como ficou evidenciado, a partir da implantação dos GTPs as pesquisas de produção de conhecimento em Serviço Social se estabelecem alinhadas com uma dessas linhas de pesquisa dos GTPs da ABEPSS. Portanto, as pesquisas relacionadas às relações sociais de gênero, raça/etnia, sobre sexualidades e feminismos estarão alocadas na linha do GTP 6 - “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social”.

Cada GTP possui uma comissão coordenadora eleita nos colóquios do ENPESS com renovação bienal, ou seja, a cada nova edição do encontro elege-se nova gestão para os GTPs, como também se elege nova gestão para ABEPSS. Apenas no caso do GTP 6 a comissão coordenadora apresenta coordenadores de ênfase, dado o agrupamento de categorias que para fins analíticos poder ser separadas. As ênfases originais eram Gênero, Raça/etnia, Geração e Sexualidades.

Atualmente as ênfases ganharam novos contornos sendo hoje, ênfase 1- Sexualidades, identidades de gênero, feminismos e Serviço Social; ênfase 2- Relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e Serviço Social; ênfase 3- Relações étnico-raciais, antirracismo, feminismos e Serviço Social; ênfase 4- Questão indígena e Serviço Social.

As ações desenvolvidas por cada gestão são especificadas em um relatório de gestão para ser entregue a gestão seguinte e em alguns casos é disponibilizado no site da ABEPSS. Foi possível encontrar três relatórios do GTP 6 no site da ABEPSS referentes aos biênios 2013-2014, 2015-2016 e 2017-2018.

O Relatório do biênio de 2013-2014 apresenta a composição da gestão que está se encerrando, compartilha breve ementa para cada ênfase que compões o GTP, conta brevemente o histórico da implementação do grupo temático, avalia as atividades desenvolvidas no biênio, levanta algumas fragilidades como por exemplo o fato das(os) proponentes dos estudos serem jovens pesquisadoras(es) e as pesquisas ainda serem isoladas com maior concentração na região Sul, Sudeste e Centro-oeste, elenca propostas para o futuro e por fim, elege e divulga os nomes dos coordenadores da nova gestão que será empossada.

Por sua vez, o Relatório do biênio 2015-2016 inicia dizendo que houve um amadurecimento e avanços nos dois anos de gestão que ali serão retratados. Evidencia o exposto ao informar que o GTP construiu uma agenda de atividades que contou com a elaboração de um curso de formação e capacitação sobre as quatro ênfases que não chegou a ser executado por questões orçamentárias, mas visava formar multiplicadores do debate no interior da categoria; a participação em seminários e eventos sobre os temas, inclusive a realização de um Colóquio do GTP no XV ENPESS; o mapeamento das produções teóricas em revistas e anais

de congressos do Serviço Social; e a construção de um documento sobre um componente curricular com os temas do GTP.

Sobre este último ponto, de acordo com o Relatório, havia sido aprovada na Assembleia da ABEPSS de dezembro de 2014 por unanimidade

“[...] a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações (ABEPSS, 2016, p. 5).

Por conta dessa deliberação foi elaborada uma minuta para orientar a implementação das disciplinas nos cursos de graduação aprovada na Oficina Nacional da ABEPSS em novembro de 2015, destacando que as disciplinas deveriam versar sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal e preferencialmente deveriam ser ofertadas antes dos estudantes serem inserido nos campos de estágio.

O Relatório finaliza informando a desvinculação da ênfase de geração do GTP 6 e a formalização do GTP 8 e sua comissão coordenadora. Também informa a composição da nova gestão eleita para assumir o próximo biênio juntamente com uma coordenação ampliada.

Já o Relatório do biênio de 2017-2018 traz uma lista de atividades desenvolvidas, informa o aumento dos trabalhos nas ênfases do GTP aceitos no XVI ENPESS e compartilha propostas para o futuro.

Todo esse reconto histórico permite sintetizar que apesar das primeiras pesquisas surgirem nos anos 90, ou posteriormente a ABEPSS estruturar uma linha de pesquisa que visa fomentar a pesquisa em gênero, raça e etnia, feminismos e sexualidades e fortalecer a produção do conhecimento nessas subáreas, ou ainda aprovar por unanimidade a inclusão de uma disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Serviço Social que versem sobre as ênfases do GT 6, após mais de trinta anos, a inserção dos estudos acerca das teorias feministas ainda se configura como um debate em disputa no seio da formação profissional.

2.3 Teorias feministas e suas vertentes: feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo interseccional e feminismo decolonial

As correntes do feminismo são múltiplas assim como são as vertentes teóricas que as embasam e como são múltiplos os projetos de sociedade e os posicionamentos políticos. Por conta disso, na atualidade tem sido objeto de estudo numa tentativa de determinar quantas são e quais suas principais reivindicações. Os achados das pesquisas da mesma forma que as teorias variam e divergem bastante quanto à quantidade, nomenclaturas e concepções teóricas, pois também são embasadas em diversas de áreas do conhecimento e diferentes métodos.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros. Trata-se do esforço de uma comunidade interdisciplinar, que inclui estudiosos de várias áreas como sociologia, antropologia, educação, serviço social, saúde, direito, filosofia, história, psicologia, e outras (Lisboa, 2010, p. 69).

Primeiramente, será compartilhada a visão de Cecília Sardenberg (2007) que em seu texto “Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista”, oferece um panorama sobre as teorias feministas e define que elas são subsidiadas por vertentes epistemológicas feministas devido a necessidade de que para produzir conhecimento científico relevantes para e sobre as mulheres era fundamental desconstruir os pressupostos iluministas da Ciência Moderna quanto à neutralidade e objetividade

Para os padrões da Ciência Moderna, dualista, cartesiana, imbuir a ciência de assumir um viés feminista não seria possível porque o feminismo se respalda no âmbito da práxis política, ou seja, na busca da transformação das relações sociais, enquanto a Ciência Moderna se caracteriza por estabelecer verdades absolutas e incontestáveis com base em uma conduta procedimental objetiva, neutra que separa fatos de valores.

A autora introduz sua concepção acerca das principais correntes feministas, a saber **feminismo liberal, feminismo socialista e feminismo radical**. No seu entendimento estas três divergem essencialmente sobre a causa da subordinação imposta à mulher. Para o feminismo liberal é o processo de socialização que trata com diferença e discrimina com base no sexo e para as outras duas teorias é uma questão estrutural, sendo que para o feminismo socialista a estrutura é o capitalismo e para o feminismo radical a estrutura é o patriarcado.

Se as teorias diferem sobre como se origina a subordinação da mulher, logo sua práxis e consequentemente seu modo de fazer ciência não tem como ser o mesmo, ou em outras palavras “as divergências entre feministas tornam impossível falarmos de ‘epistemologia feminista’ no singular” (Sardenberg, 2007, p. 11).

Na perspectiva de Sardenberg (2007), a **filosofia pós-moderna** propicia uma possibilidade de crítica à ciência moderna que a fere em seus princípios ontológicos herdados do pensamento iluminista ao questionar a noção do uso da razão como fonte da construção de um conhecimento imutável e postular algumas mortes, como a “morte do homem” de natureza transcendental para entendê-lo como artefato social, histórico e linguístico; a “morte da história” como se conhece com componentes lógicos e ordenados sendo substituída pela concepção de que ela seria uma meta narrativa construída pelo homem para justificar seu lugar no tempo; e por fim a “morte da metafísica” que significa dizer que o real é desconstruído para deixar de ser algo externo ou independente do sujeito do conhecimento da mesma forma que o homem é também real e construído socio-historicamente.

A filosofia pós-moderna propõe, a partir de um solo epistemológico que se constitui fora do marxismo, novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento: a “descrição das dispersões” (Foucault) e não a “síntese das múltiplas determinações”(Marx); revelar o processo artificial de construção das unidades conceituais, temáticas supostamente “naturais”: a **desconstrução** das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades (Rago, 1998, p. 5).

No tocante ao feminismo e a pós-modernidade, Butler (1998) esboça críticas ao conceito de identidade, principalmente em relação a não se constituir como base sólida para o movimento político feminista, porque nunca são apenas descritivas, mas sim normativas e desta forma são exclusivistas. Sendo assim, questiona as premissas que funcionam como bases autorizantes de algumas teorias feministas ao teorizar que são construções discursivas e contingentes.

Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir (Butler, 1998, p. 36).

Para esmiuçar a perspectiva do **feminismo interseccional** o ideal é recorrer as palavras de Kimberlé Crenshaw (2012), sobre como diversas formas de opressão se interseccionam de modo a criar experiências específicas de desigualdade. Para a autora ampliar as categorias de

discriminação racial e de gênero possibilita que as experiências das mulheres negras não sejam reduzidas a uma única categoria, haja vista que as pessoas que são afetadas por essas múltiplas determinações não são afetadas por cada situação separadamente, mas de maneira sobreposta.

Ao recorrer ao conceito da geometria em que intersecção é o conjunto dos elementos que são comuns a dois ou mais conjuntos sobrepostos, Crenshaw (2012) explica que ao se sobrepor marcadores de discriminação como raça, gênero, classe e outros, na zona de intersecção, isto é, a área em que dois ou mais marcadores⁵ se sobrepõem estão as mulheres negras e pobres.

Outra forma que a autora também recorre para explicar é usar a analogia de ruas transversais que se cruzam, em que cada rua seria um eixo de discriminação. A título de ilustração, nessa analogia uma rua sentido Norte-Sul seria a raça e a rua que a corta no sentido Leste-Oeste seria o gênero, por exemplo. No ponto em que as ruas se cruzam é onde ocorre a colisão das discriminações sejam elas quantas variáveis forem se sobrepondo.

Crenshaw (2012) fala em três tipo de colisão de discriminação, sendo a primeira discriminação contra grupos específicos que procuram especificamente mulheres interseccionais para incidir sobre, como por exemplo a violência racial; a segunda é a discriminação combinada ou mista, em que o peso combinado de duas ou mais discriminações afetam mulheres negras de uma maneira específica; e a terceira e última, a estrutural em que não há discriminação ativa contra um grupo específico, mas é um grupo específico, em geral as mulheres pretas, que acabam sendo as mais prejudicadas por decisões estruturais que atingem a sociedade.

Lisboa e Oliveira (2015, p.107) explicam que para os feminismos latino-americanos e brasileiros, outras categorias além da raça e etnia, como nacionalidade por exemplo, devem ser consideradas na formatação de um saber feminista, visto que o feminismo como movimento político nasce exatamente para confrontar os pressupostos valorativos da modernidade, como por exemplo questionar as teorias “que analisam a problemática da mulher moderna, de classe média, branca, ocidental e europeia como sendo a mesma para todas as mulheres do mundo”.

Nessa emergência surge o **feminismo decolonial** teorizado por Maria Lugones (2008) ao fazer um cruzamento com a concepção da interseccionalidade e o conceito fundamental de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, em que o poder se estrutura em relações de

⁵ Marcadores sociais de diferenciação são “elementos relevantes na reprodução de desigualdades sociais” (Sardenberg, 2015, p. 58-59). A autora explica que na visão de Patricia Hill Collins não se trata de um ranqueamento de importâncias, mas de efeitos negativos que são sentidos simultaneamente, isto é, quando múltiplas opressões se sobrepõem o todo se mostra maior do que a soma de suas partes separadas.

dominação e opressão que disputam o controle dos “*cuatro ámbitos básicos de la existencia humana: sexo, trabajo, autoridad colectiva y subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos*” (Quijano, 2002, p. 1 *apud* Lugones, 2008, p. 78)⁶. A perspectiva primordial da autora é que em um processo que obedece a uma lógica de mútua formação a imposição do sistema de gênero forma a colonialidade do poder e a colonialidade do poder forma o sistema de gênero.

Posto isto, para Lugones (2014) a colonialidade do gênero ainda permanece posta como constructo central do sistema capitalista na intersecção entre gênero, classe e raça. Ou seja, para a autora, descolonizar a concepção de gênero depende “de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (*Idem*, p. 940-941).

Em relação aos estudos pós-coloniais e o feminismo negro, Kergoat (2010) critica que as estudiosas que se dedicam a eles persistem em pensar em termos de categorias isoladas que se somam, ao invés de pensar em termos de relações sociais, o que pode levar a priorizar uma ou outra categoria, sem contextualizá-las historicamente e, ocasionalmente, podem vir a ser desconsiderados os aspectos mais fortes da dominação.

Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência (Kergoat, 2010, p. 98).

Nessa direção, existem duas maneiras de se apropriar das categorias marxistas para produzir um conhecimento feminista. A primeira forma, **o feminismo socialista**, explica a subordinação das mulheres como uma expressão da questão social, ou seja, fruto da relação capital-trabalho. A segunda, **o feminismo radical**, enfatiza como as estruturas sociais de poder não podem ser entendidas separadamente, isto é, explica o sistema de exploração-opressão-domação como fruto dos três sistemas - patriarcado, racismo e capitalismo.

Por muito tempo, predominou no pensamento social uma noção estática de classes sociais, retratando-as como coletividades homogêneas, determinadas apenas pelo lugar ocupado no processo de produção. Nessa perspectiva, membros de uma determinada classe partilhavam dos mesmos interesses

⁶ “quatro esferas básicas da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos” (Quijano, 2002, p. 1 *apud* Lugones, 2008, p. 78, tradução própria).

inerentes às contradições de classe, o que lhes imprimiria, automaticamente, uma dada identidade, tomada então como fator primordial na constituição de sujeitos políticos (Sardenberg, 2015, p. 57).

A fim de compreender a teoria da consubstancialidade das relações sociais recorre-se aos postulados de Danièle Kergoat (2010). Para ela as relações sociais são, por definição, relações antagônicas, conflituosas, estabelecidas em torno de uma disputa entre dois grupos sociais e geralmente se manifestam como exploração, dominação, opressão, que aparecem separadas apenas para fins de definição analítica, mas na realidade “são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente” (*Idem*, p. 94).

Há ainda uma ressalva importante que a autora faz sobre a necessidade de se diferenciar as relações intersubjetivas das relações sociais, ao passo que as intersubjetivas se estabelecem de maneira concreta entre dois indivíduos, as relações sociais se dão no campo abstrato e opõem grupos sociais em torno de um *enjeu*.⁷ Isso é importante pois é exatamente a característica coletiva das relações sociais que confere poder de justaposição à estrutura dominante.

Para deslindar como se consubstanciam as estruturas de exploração-opressão-domação, é essencial esquadrihar o conhecimento sobre o nó que postulou Saffioti (2015). Em consonância com a autora, o nó não é uma mera metáfora, mas uma estrutura de poder que integra essas três contradições: patriarcado, racismo e capitalismo. E, embora estas sejam constantemente tratadas de forma separada em análises acadêmicas, o prejuízo político não reside nessa separação, mas na ausência de uma síntese que leve em conta a maneira como estão interligadas.

A representação do nó destaca um cenário histórico inovador, no qual as contradições fundamentais dessas dimensões se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Cada uma delas adquire relevância variável dependendo das circunstâncias históricas, e a dinâmica resultante é característica do nó. Este não é um nó apertado e estático, mas sim um nó frouxo, que permite a mobilidade de seus integrantes.

A análise das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe social, no contexto desse nó, deve considerar essa complexa interconexão para que seja possível um entendimento mais abrangente e preciso das relações de poder na sociedade. Isso porque:

⁷ *Enjeu* é uma palavra de origem francesa e pode significar várias coisas, dependendo do contexto. Mais comumente é traduzida como desafio, conflito, aposta, risco, problema ou interesse. Contudo, mais formalmente, pode ser traduzida como implicação ou “o que está em jogo”.

[...] o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social [...] De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de gênero [...] Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro (Saffioti, 2015, p. 134).

Em síntese, as teorias feministas que serão consideradas para as análises desta pesquisa são feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo pós-moderno/interseccional e feminismo decolonial.

Tudo acima exposto, destaca a necessidade de tanto a formação da identidade profissional quanto a produção do conhecimento no Serviço Social se aproximarem das perspectivas feministas por esta ser uma profissão que se constitui majoritariamente de mulheres, sejam como profissionais ou sejam como usuárias dos espaços sócio-ocupacionais onde está inserido o trabalho profissional.

3 AONDE ESTAO OS FEMINISMOS? caracterização e análise dos componentes curriculares sobre gênero e teorias feministas no Serviço Social brasileiro

Esta seção expõe os achados da pesquisa sobre como se dá o oferecimento das teorias feministas na graduação em Serviço Social nas universidades federais do Brasil. A subseção *Os Projetos Políticos Pedagógicos de formação em Serviço Social e a oferta da disciplina de gênero na graduação* discorre sobre o que são projetos políticos pedagógicos de curso de modo a enfatizar porque eles são relevantes para o que essa pesquisa propõe. Depois disso a subseção subdivide-se em itens com a classificação e análise dos dados, separando-os por região do Brasil e culmina com as inferências sobre a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o panorama observado no oferecimento das disciplinas com o enfoque em gênero nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras que se mostrou predominantemente optativo e pluralista.

A subseção *Olhando para o futuro: a formação profissional de assistentes sociais e as contribuições dos feminismos* alude aos impactos do recrudescimento do conservadorismo no futuro da formação profissional e a pressão que a pós-modernidade exerce sobre o Serviço Social. Finaliza abordando como os feminismos se apresentam como uma importante ferramenta estratégica de resistência às investidas ultraconservadoras que o Projeto Ético-Político do Serviço Social vem enfrentando na atual conjuntura, embora seja este mesmo projeto que impulsiona o debate pluralista de gênero para a marginalidade dentro da formação em Serviço Social.

3.1 Os Projetos Políticos Pedagógicos de formação em Serviço Social e a oferta da disciplina de gênero na graduação

Antes de prosseguir com a caracterização e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso de Serviço Social e das ofertas das disciplinas de gênero na graduação, é imperativo compreender teoricamente o que é um projeto pedagógico.

A visão que Silva (1998) nos oferece sobre a matéria insere a ideia de que nem sempre projeto pedagógico ocupou um local positivo no imaginário coletivo. Nos primórdios foi empregado em contextos variados o que por muitas vezes poderia significar coisas negativas,

como por exemplo um “mero agrupamento de dados para elaborar um documento escrito que rege as exigências burocrática e formais” (Silva, 1998, p. 20).

Não obstante, para a autora, quando aliado à perspectiva de construção de uma formação profissional que ultrapasse apenas a concepção de uma proposta curricular, supere a fragmentação do conhecimento em conteúdos encaixotados em disciplinas, períodos e afins e confira intencionalidade e sentido à ação acadêmica, o projeto pedagógico assume um compromisso necessário ao cumprimento do propósito de formação da identidade profissional que não é apenas composta pelo aparato técnico, mas necessita de formação social de qualidade.

Outra consideração que ela traz é que produzir um documento não encerra o processo de construir o projeto pedagógico de um curso, haja vista que esse “é um processo dinâmico, contraditório e, mais importante do que chegar a um documento pronto e acabado, é o planejar a organização e a articulação dos meios e processos para o alcance do que o projeto do curso deseja e explicita” (Silva, 1998, p. 22).

As contradições que apenas a realidade suscita em resposta ao planejado, são mais úteis ao processo de construção do que as concordâncias. Por conta disso, faz parte do processo e é de extrema importância o reajuste da estrutura com soluções inovadoras, quando necessário, para concretizar a “perspectiva do projeto profissional coletivamente construído” (Iamamoto, 2014, p. 613).

Outrossim, conforme Portarias nº 147/2007 e nº 1.382/2023 do Ministério da Educação o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atualização e consolidação do projeto pedagógico do curso, atuando principalmente na concepção, consolidação e continua atualização do curso de graduação.

Trata-se de uma instância que deve atuar de forma contínua, articulando-se com a coordenação e com o colegiado do curso. Dentre as suas atribuições podem ser elencadas: 1) Elaborar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso; 2) Estimular práticas pedagógicas inovadoras; 3) Analisar resultados de avaliações institucionais e externas (como o ENADE); 4) Sugerir alterações curriculares em função de necessidade acadêmicas ou legais.

Para Silva (2015, p.145) trata-se de um espaço de investigação e proposição norteadora para a “construção de uma cultura profissional rumo ao fortalecimento da identidade, direcionalidade e legitimidade profissional”.

Na particularidade desta pesquisa, considerando que do total de 35(100%) universidades federais que oferecem o curso de Serviço Social, 31(88,5%) oferecem disciplinas de gênero em seus currículos, para fins de sistematização, a caracterização foi feita por região do Brasil,

organizando as seguintes informações extraídas dos PPCs: modalidade da oferta, carga horária, nome da disciplina, ementas e bibliografia básica⁸. Diante desta constatação, considera-se que a oferta de disciplinas relacionadas à questão de gênero nos cursos de Serviço Social de universidades públicas brasileiras é significativa, pois está presente em 88,5% dos cursos existentes.

A categorização explicita quais as teorias feministas estão presentes nas ementas e nas indicações das bibliografias básicas declaradas no Projeto Político Pedagógico, para na fase analítica serem classificadas como pluralistas, se as fontes bibliográficas indicassem que a disciplina adotava metade ou mais das abordagens feministas; dualista quando indicava duas abordagens; ortodoxa/dogmática quando adotadas apenas uma abordagem feminista. Dentre as relacionadas abaixo:

- Marxismo sem Feminismo
- Feminismo Liberal
- Feminismo Socialista
- Feminismo Radical
- Feminismo Pós-moderno/Interseccional
- Feminismo Decolonial

Ademais, também foi realizada uma análise tecnológica por meio de uma nuvem de palavras gerada por um *software* alimentado com as nomenclaturas de todas as disciplinas de cada agrupamento regional para demonstrar visualmente as palavras mais usadas em cada região.

O panorama geral das regiões evidencia que: nas Regiões Nordeste e Sul prevalece a oferta na modalidade optativa e da categorização pluralista, por considerar, no conteúdo da bibliografia, diversas abordagens dos feminismos. Já na Região Centro-Oeste a predominância foi da oferta obrigatória e da categorização ortodoxa/dogmática. Na sequência, na Região Sudeste destacou-se a preponderância da oferta obrigatória e da categorização pluralista. E por fim, a Região Norte onde o predomínio foi do oferecimento obrigatório e da categorização dualista.

Em termos gerais, a formação em gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil prevalece com a oferta na modalidade optativa com foco pluralista. Por outro lado, a que se

⁸ As bibliografias básicas são as fontes essenciais para o plano das disciplinas que são aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante e devem ser usadas obrigatoriamente em sala de aula de acordo com os normativos do MEC.

questionar sobre a direção política e a formação qualificada: aquela que apresenta os extremos, ou uma ou outra; aquela que apresenta apenas uma abordagem, como um “dogma ou ortodoxismo”; ou aquela que apresenta todas as abordagens mais coerente com a função social da formação universitária? Assunto que será debatido de modo mais aprofundado na subseção 3.2. O quadro abaixo evidencia todas estas nuances.

Quadro 6 - Aqui estão os Feminismos: a formação em Serviço Social (2025)

CATEGORIZAÇÃO	ABORDAGENS FEMINISTAS	IFES
PLURALISTA	✓ Feminismo Socialista ✓ Feminismo Radical ✓ Feminismo Pós-moderno/ Interseccional ✓ Feminismo Decolonial	UFMA, UFRN, UFPI, UFPB, UFAL, UFMT, UFOP, UFJF, UFRJ, UFF, UFRRJ, UFU, UNIRIO, UFRGS, UFSM, UNILA, UFSC, UNIPAMPA, UFPA
DUALISTA	✓ Feminismo Socialista X Feminismo Liberal OU ✓ Feminismo Socialista X Feminismo Radical OU ✓ Feminismo Radical X Feminismo Decolonial OU ✓ Feminismo Pós-moderno/Interseccional X Feminismo Decolonial OU ✓ Feminismo Radical X Feminismo Pós-moderno/ Interseccional	UFCEG, UFPE UFMA UFBA, UFT UNIFESP UFTM
ORTODOXA/DOGMÁTICA	APENAS UMA: ✓ Feminismo Radical OU ✓ Feminismo Pós-moderno OU ✓ Marxismo sem Feminismo	UFS UFG, UNB UNILAB

Fonte: Elaboração Própria (2025)

3.1.1 – Região Nordeste: a prevalência do caráter optativo e da categorização pluralista

Na Região Nordeste do total de 20 universidades federais, 11(100%) oferecem o curso de Serviço Social, dentre estas: 01(9,0%) não oferta disciplina de gênero; 04(36,4%) ofertam como componente obrigatório, entre o 2º período e o 7º período; 06(54,6%) ofertam como componente optativo; sendo que na UFAL são ofertadas duas disciplinas, com ementas e bibliografias básicas diferentes, somando o total de 11 disciplinas.

O panorama da carga horária e períodos de oferecimento é bem variado. Das 4 universidades que oferecem as disciplinas no formato obrigatório a da UFMA é oferecida no 4º período e a carga horária é de 30h; a da UFRN é oferecida no 3º período e a carga horária é de 60h; a da UFBA é oferecida no 2º período e a carga horária é de 68h; e a da UNILAB é oferecida no 7º período e a carga horária é de 45h.

Já nas 6 universidades em que as disciplinas são optativas apenas uma trabalha com carga horária diferente de 60h, a UFAL com carga horária de 54h nas duas opções oferecidas, conforme demonstra o Quadro 7:

Quadro 7 – Disciplina, modalidade de oferta, carga horária e período (Região Nordeste)

IFES REGIÃO NORDESTE	NOME DA DISCIPLINA	MODALIDADE/CARGA HORÁRIA/PERÍODO OFERTADO
Universidade Federal do Maranhão – UFMA - PPC de 2016	<i>Relações de gênero e Serviço Social</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 30h Período de oferta: 4º
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN - PPC de 2019	<i>Feminismo, gênero e patriarcado</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período de oferta: 3º
Universidade Federal da Bahia – UFBA – PPC de 2022	<i>Diversidade de gênero, raça/etnia no contexto dos Direitos Humanos</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 68h Período de oferta: 2º
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - PPC de 2020	<i>Movimentos sociais: raça, classe e gênero</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 45h Período de oferta: 7º
Universidade Federal do Piauí - UFPI PPC de 2012	<i>Diversidade de gênero, sexo, classe e etnia racial</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal da Paraíba – UFPB - PPC de 2017	<i>Família e relações de gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - PPC de 2013	<i>Família e Relações de Gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - PPC de 2009	<i>Família e relações de gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal de Alagoas – UFAL - PPC de 2019	1) <i>Relações patriarcais de gênero e Serviço Social</i> 2) <i>Gênero, diversidade, poder e família</i>	Duas Disciplinas Optativas Carga horária: 54h
Universidade Federal de Sergipe – UFS - PPC de 2010	<i>Relações de Gênero e Serviço Social</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Ao inserir os nomes das disciplinas no *software* de criação de nuvem de palavras, em maior escala as palavras: gênero que aparece 11 vezes, relações que aparece 6 vezes, família que aparece 4 vezes e diversidade que aparece 3 vezes, como demonstra a representação Gráfico-visual 01:

Gráfico-visual 01: Nuvem de palavras da Região Nordeste, relações de gênero e família



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Palavras como raça, etnia e classe apareceram duas vezes cada, ou seja, uma frequência consideravelmente menor, por isso figuram menores em escala na representação gráfica. Palavras como direitos, poder, sexo, patriarcado, sociais, feminismo, movimentos, entre outras aparecem ainda menores pois só são mencionadas uma vez cada. Na sequência, a fim de caracterizar a prevalência de abordagem teórica, as fontes bibliográficas básicas nas ementas das disciplinas foram classificadas de acordo com as vertentes feministas, conforme Apêndice 1.

Após análise da bibliografia básica, constatou-se que 05 foram categorizadas como pluralista, pois trazem fontes correlacionadas a três ou mais abordagens, sendo UFMA, UFRN, UFPB, UFPI e UFAL; 03 foram categorizadas como dualista por indicarem fontes de dois vieses teóricos, sendo UFBA, UFCG e UFPE; e 01 categorizada como ortodoxa/dogmática pois todas as fontes apontam para um único viés teórico, sendo a UFS.

Um caso especial é o da UNILAB pois em sua bibliografia básica não há uma única fonte que aborde o debate referente ao gênero ou às teorias feministas e, por isso, foi categorizada como marxismo sem feminismo. O que diz muito sobre a concepção que se apresenta como hegemônica no Serviço Social.

3.1.2 – Região Centro-Oeste: a predominância da oferta obrigatória e da categorização ortodoxa/dogmática

No que diz respeito à oferta da disciplina de Gênero na Região Centro-Oeste, do total de 08(100%) universidades federais, 03(37,5%) tem o curso de Serviço Social. Destas três (UFMT, UFG e UNB), todas ofertam disciplina de gênero. Na modalidade obrigatória, a UFMT oferta no 5º período e a UFG no 8º período. Já a UNB oferta na modalidade optativa. Todas três trabalham com carga horária igual ou superior a 60h, conforme demonstra Quadro 8:

Quadro 8 - Disciplina, modalidade de oferta, carga horária e período (Região Centro-oeste)

IFES REGIÃO CENTRO-OESTE	NOME DA DISCIPLINA	MODALIDADE/CARGA HORÁRIA/PERÍODO OFERTADO
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT - PPC de 2010	<i>Gênero e Etnia</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 64h Período da oferta: 5º
Universidade Federal de Goiás – UFG PPC de 2013	<i>Gênero, sexualidade e cidadania</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 64h Período da oferta: 8º
Universidade de Brasília – UNB PPC de 2009	<i>Gênero, raça/etnia e política social</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Ao alimentar o *software* de criação de nuvem de palavras com os nomes das disciplinas da Região Centro-Oeste apareceram em maior escala as palavras: gênero que aparece 3 vezes; seguido por etnia que aparece 2 vezes. As outras palavras: raça, social, política, cidadania e

sexualidade aparecem 1 vez cada. A diferença não foi muito expressiva na escala por ser se tratar de poucas palavras e poucas repetições das mesmas, como demonstra a representação Gráfico-visual 02:

Gráfico-visual 02: Nuvem de palavras da Região Centro-Oeste, gênero, raça, etnia e sexualidade na política social



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Para prosseguir com a análise sobre a predominância das abordagens feministas, foram classificadas as fontes bibliográficas nas ementas das disciplinas de acordo com as vertentes feministas, conforme Apêndice 2.

Quando analisadas, as bibliografias básicas coletadas nos PPCs, constata-se que 02 universidades foram categorizadas como ortodoxa/dogmática, isto é, a bibliografia foca em

apenas um viés teórico, sendo a UFG e a UNB, e 01, a UFMT categorizada como pluralista, que é quando a disciplina indica fontes de três ou mais vieses teóricos feministas.

3.1.3 – Região Sudeste: a preponderância da oferta obrigatória e da categorização pluralista

Do total de 19 universidades federais da região Sudeste, 12(100%) oferecem o curso de Serviço Social, sendo que 06(50%) cursos ofertam a disciplina de gênero na modalidade obrigatória, nos períodos 2º, 4º, 5º, 6º e 7º; 04(33,33%) cursos ofertam como disciplinas optativas e 02(16,6%) cursos não ofertam disciplina de gênero. Todavia, o curso da UNIRIO oferece duas disciplinas com ementas e bibliografias básicas diferentes, somando o total de 11 disciplinas.

Em relação a carga horária foi possível perceber que o panorama é bem parecido. Na maioria das disciplinas a carga horário é de 60h, exceto na UNIFESP que é 80h e na UFES que é de 40h, conforme demonstra Quadro 9.

Quadro 9 - Disciplina, modalidade de oferta, carga horária e período (Região Sudeste)

IFES REGIÃO SUDESTE	NOME DA DISCIPLINA	MODALIDADE/CARGA HORÁRIA/PERÍODO OFERTADO
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - PPC de 2022	<i>Gênero, Patriarcado, Diversidade Sexual e Serviço Social</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período de oferta: 6º
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - PPC de 2023	<i>Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período de oferta: 6º
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - PPC de 2023	<i>Gênero, raça e etnia</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 80h Período de oferta: 5º
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - PPC de 2019	<i>A questão de gênero no Brasil</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 6º ou 7º (depende do turno)
Universidade Federal Fluminense – UFF - PPC de 2019	<i>Relações sociais de gênero, questão social e Serviço Social</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 4º
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ - PPC de 2018	<i>Relações de gênero e questão social</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 2º
Universidade Federal de Uberlândia – UFU - PPC de 2009	<i>Gênero e Serviço Social</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM - PPC de 2014 Atualizado em 2024	<i>Serviço Social e relação de gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES - PPC de 2002 Atualizado em 2006	<i>Relações de gênero e Serviço Social</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 40h
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO - PPC de 2009	1) <i>Relações de gênero no Brasil</i> 2) <i>Gênero, raça e etnia</i>	Duas Disciplinas Optativas Carga horária: 60h

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Em relação aos nomes das disciplinas que foram inseridos no *software* de criação de nuvem de palavras as que mais apareceram foram: gênero que aparece 11 vezes; relações que aparece 6 vezes; questão, raça e etnia que aparecem 3 vezes cada uma, como demonstra a representação Gráfico-visual 03 abaixo.

Gráfico-visual 03: Nuvem de palavras da Região Sudeste, relações de gênero, raça/etnia e questão social



Fonte: Elaboração Própria (2025)

A palavra social aparece um pouco menor que as anteriores, porém ainda mais destacada que algumas outras palavras, pois consta em dois dos nomes (com exceção das vezes em que acompanha a palavra Serviço que foram descartadas por se tratar do nome do curso). Já os vocábulos patriarcado, diversidade, sexualidade, classe, entre outras, aparecem bem menores na representação gráfica por terem sido mencionadas uma vez cada.

Com a intenção de determinar a preponderância de abordagem foram classificadas as fontes bibliográficas básicas nas ementas das disciplinas de acordo com as vertentes feministas, conforme Apêndice 3.

Na fase analítica das referências bibliográficas junto às ementas, ao dissecá-las, evidencia-se que em 07 universidades a oferta da disciplina de gênero foram categorizadas como pluralista, aquela em que foi possível constatar três ou mais teorias feministas nas fontes indicadas, sendo elas: a UFOP, a UFJF, a UFRJ, a UFF, a UFRRJ, a UFU e a UNIRIO. Em relação à categorização dualista, aquela em que há presença de duas vertentes feministas nas fontes indicadas, 02 se encaixaram, a UNIFESP e a UFTM.

Uma ressalva em relação à UFES é que só foi encontrada uma ementa de 2008 que não elenca referências bibliográficas básicas. Foi enviado um e-mail para o departamento de Serviço Social da UFES para solicitar uma ementa mais recente e a resposta foi de que a disciplina não é oferecida a muito tempo. A análise acerca da tendência de abordagem nesse caso não pôde ser confirmada pelas fontes indicadas, o que significa que ficou incompleta.

3.1.4 – Região Sul: a prevalência da modalidade de oferta optativa e da categorização pluralista

Na Região Sul há um total de 11 universidades federais. Destas, 06(100%) oferecem o curso de Serviço Social, mas 01(16,6%) não oferece disciplina de gênero. Das 05(83,3%) que ofertam, 02(33,3%) o fazem na modalidade obrigatória, a UFSM no 2º período e a UFRGS no 3º período, e 03(50%) o fazem como disciplinas optativas. Apenas uma das disciplinas adota carga horária diferente de 60h que é a UFSC com carga de 72h, conforme demonstra o Quadro 10:

Quadro 10 - Disciplina, modalidade de oferta, carga horária e período (Região Sul)

IFES REGIÃO SUL	NOME DA DISCIPLINA	MODALIDADE/CARGA HORÁRIA/PERÍODO OFERTADO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - PPC de 2008	<i>Relações sociais de classe, gênero, sexo, raça e etnia</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 3º
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - PPC de 2018	<i>Gênero, políticas sociais e Serviço Social</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 2º
Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA - PPC de 2022	<i>Serviço Social e gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - PPC de 2013	<i>Serviço Social e gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 72h
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - PPC de 2023	<i>Relações de gênero</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Ao colocar os nomes das disciplinas da região Sul no *software*, para criar a nuvem de palavras, é possível constatar a prevalência das seguintes palavras: gênero que apareceu 5 vezes; relações e sociais que apareceram 2 vezes cada uma, como demonstra a representação Gráfico-visual 04 abaixo.

Gráfico-visual 04: Nuvem de palavras da Região Sul, relação sociais de gênero



Fonte: Elaboração Própria (2025)

Outras palavras como classe, raça, sexo, etnia e políticas parecem visualmente em menor escala pois são mencionadas apenas uma vez cada uma. As palavras Serviço e Social que apareciam 3 vezes foram desconsideradas e excluídas por representar apenas o nome do curso.

A análise de conteúdo das ementas das disciplinas com o suporte das bibliografias básicas possibilitou a constatação de que todas as disciplinas se enquadram na categorização pluralista, ou seja, todas trazem indicações de fontes de três ou mais abordagens feministas, conforme Apêndice 4.

3.1.5 – Região Norte: o predomínio da oferta obrigatória e da categorização dualista

No tocante aos cursos de Serviço Social da região Norte do total de 11 universidades federais, 03(100%) delas oferecem o curso de Serviço Social. Dentre estas, 02(66,6%) ofertam disciplinas de gênero na modalidade obrigatória, a UFT no 7º período e a UFPA no 8º período. A UFAM oferta a disciplina na modalidade optativa. Todas oferecem as disciplinas com carga horária de 60h, conforme demonstra Quadro 11.

Quadro 11 - Disciplina, modalidade de oferta, carga horária e período (Região Norte)

IFES REGIÃO NORTE	NOME DA DISCIPLINA	MODALIDADE/CARGA HORÁRIA/PERÍODO OFERTADO
Universidade Federal do Tocantins - UFT - PPC de 2023	<i>Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 7º
Universidade Federal do Pará – UFPA - PPC de 2016	<i>Relações de gênero e etnia</i>	Disciplina Obrigatória Carga horária: 60h Período da oferta: 8º
Universidade Federal do Amazonas – UFAM - PPC de 2019	<i>Diversidade sexual, geracional e familiar</i>	Disciplina Optativa Carga horária: 60h

Fonte: Elaboração Própria (2025)

A criação da nuvem de palavras com os nomes das disciplinas, as palavras que mais apareceram, nesse caso foram: gênero e relações que apareceram 2 vezes cada uma; etnia, diversidade, sexual, geracional e familiar apareceram um pouco menores, pontuam apenas uma vez cada uma, como demonstra a representação Gráfico-visual 05 abaixo.

Gráfico-visual 05: Nuvem de palavras da Região Norte, seminários de relações de gênero e etnia



Fonte: Elaboração Própria (2025)

A análise das fontes bibliográficas da última região, permitiu observar que das três universidades 2 possuem indicações bibliográficas que contemplam apenas duas abordagens feministas, ou seja, categorizadas como dualistas, são elas: a UFT e a UFAM. Já a UFPA traz três ou mais vertentes feministas em sua bibliografia, sendo classificada como pluralista, conforme Apêndice 5.

3.1.6 – A prevalência da oferta optativa, pluralista e o Projeto Ético-Político do Serviço Social

O panorama geral da oferta das disciplinas de gênero nos cursos de Serviço Social das universidades federais do Brasil pode ser analisado de duas formas.

A primeira, considerando os resultados das análises por região em que 03 delas apontaram a prevalência da oferta obrigatória e 02 regiões da oferta optativa. Todavia, a segunda forma de análise mais aprofundada e detalhada, de acordo com a maioria absoluta das disciplinas oferecidas, constata-se que das 33 disciplinas oferecidas 17 são na modalidade optativa e 16 são na modalidade obrigatória, o que resulta na prevalência da oferta optativa.

Consequentemente, infere-se que há predominância da oferta das disciplinas que tratam da formação em gênero, na modalidade optativa, representa um desafio para a formação feminista, uma vez que tal formação possibilitaria a compreensão da realidade social, por parte das profissionais do serviço social, mais coerentes e qualificadas, dado que se trata ainda de uma profissão historicamente feminina, que atende majoritariamente mulheres em condição de vulnerabilidade social, que sofre processo de exploração, dominação e opressão característicos de uma formação sócio-histórica enraizada no colonialismo, patriarcalismo, racismo, elitismo, processos que recaem com muita força sobre mulheres pretas e pobres.

No tocante à categorização do conteúdo, constatou-se a predominância do pluralismo tanto na análise regional, quanto na análise da maioria absoluta. 03 regiões apontaram formação pluralista, 01 apontou a formação na qual está presente duas vertentes do feminismo, dualista, (seja entre o feminismo liberal x socialista, ou feminismo radical x pós-moderno/interseccional); 01 região foi categorizada pelo conteúdo ortodoxo/dogmático. Na contagem geral dos 31 cursos de serviço social analisados: 19 apontaram a formação pluralista, 07 a formação dualista e 03 a formação ortodoxa/dogmática; 01 curso não apresenta na bibliografia básica as teorias feministas e 01 não indica fontes bibliográficas, o que inviabilizou a análise de seu conteúdo.

Por outro lado, a que se questionar sobre a direção política e a formação qualificada: aquela que apresenta os extremos, ou uma ou outra; aquela que apresenta apenas uma abordagem, como um “dogma ou ortodoxia”; ou aquela que apresenta todas as abordagens mais coerente com a função social da formação universitária?

Mas, antes, é necessário compreender o que é pluralismo e como ele está relacionado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Debruçando-se nos postulados de Coutinho (1991) pluralismo é um fenômeno social e político que impacta a construção do conhecimento, no campo das epistemologias. Suas características sociais e políticas advêm da ascensão da classe burguesa, ou seja, a partir da criação do capitalismo e à serviço de fazê-lo consolidar-se e expandir-se.

Para o autor existem quatro valores primordiais do pluralismo que surgiram com os pensamentos liberais: a positividade do conflito, que significa dizer que concepções diferentes sendo colocadas em contraposição trazem um efeito positivo para a sociedade; a ideia de tolerância, a aceitação dos diferentes posicionamentos coexistindo e ocupando espaços ao mesmo tempo; a necessária divisão de poderes, uma elaboração de Montesquieu em que a única forma de limitar um poder é criando outro poder, para evitar que este seja absoluto e por isso despótico; e a ideia do direito das minorias, que surge num momento ambíguo da fase neoliberal com Stuart Mill, em que assustados com o avanço da participação popular tentam impedir a formação de maiorias propagando que esta exerce um poder tirânico sobre as individualidades e a liberdade dos diferentes.

Coutinho (1991) elabora que apesar do pluralismo ter sua fundamentação nos pensamentos liberais a negação dele descambaria para o despotismo eivado pelo pensamento singularizado ao mesmo passo que seu aceite sem a presença de uma vontade coletiva resultaria no corporativismo. Para o autor, a solução nesse caso seria uma ruptura radical do pluralismo com sua origem liberal de servir à consolidação do capitalismo, numa proposta que mescla

[...] hegemonia com pluralismo ou de um pluralismo que se articule com hegemonia, respeitando as diversidades e alimentando-se dessas diversidades. E assim, não apesar das diversidades, mas através e por causa delas, construir um projeto comum de sociedade, um projeto global que funde uma vontade coletiva efetivamente transformadora (Coutinho, 1991, p. 11).

A compreensão do pluralismo associado ao campo da produção do conhecimento, para Coutinho (1991) é mais complexo do que no campo social e político, pois é necessário evidenciar a diferença em relação ao ecletismo ou relativismo, ou seja, “não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo” (*Idem*, p.13).

Segundo o autor, na verdade se trata de abrir espaço para considerar posicionamentos diferentes que ultrapassam limites de determinadas teorias ou até podem contribuir para seu desenvolvimento ao considerar que para cada questão necessariamente existe uma resposta globalmente verdadeira, ou nas palavras de Forti (2017, p. 379) “para o enriquecimento da própria posição, mesmo sabendo que a verdade não significa a ideia construída pelos sujeitos, mas sim algo que a eles convém captar, utilizando meios compatíveis”.

Em consonância, Haguette (1991) teorizou que o pluralismo no âmbito acadêmico é reforçado pelo seu próprio sistema que estimula a entrada de profissionais de distintas abordagens teóricas e os impactos disso na identidade do alunado é significativo, visto que alguns vão optar por uma atitude pragmática, em que decora a matéria para passar na prova, outros adotam uma perspectiva dogmática, escolhem uma abordagem e desprezam as outras, há ainda os que vão coadunar com o que os professores disserem como certo por afinidade emocional, e por fim, aqueles que optam pelo ecletismo provisório, em que se dispõem a assimilar múltiplas teorias a fim de compor gradualmente seu pensar.

“No início tal esforço será nitidamente eclético; com o amadurecimento em associação com o mundo vivido, poderá emergir uma síntese pessoal ou urna adesão esclarecida a esse ou àquele ponto de vista” (Haguette, 1991, p. 121). Para o autor, o pluralismo funciona como retaguarda para a produção de reflexões coerentes e livres de dogmatismo e ecletismo.

É imprescindível, portanto, deslindar o que é ecletismo, para compreender a importância do pluralismo para o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nas palavras de Rocha (2005, p. 57), o ecletismo é mais do que um ajuntamento de ideias diversas e usualmente opostas, efetivamente é uma “análise arbitrária da realidade”, pois defende um falso consenso de ideias a partir de análises subjetivas da realidade, na tentativa de criar o que ela chamou de aparente harmonia filosófica. Especificamente em relação ao Serviço Social, Prates (2018) relata que essa discussão acerca do ecletismo se origina na reconceituação, momento de crítica tanto aos referenciais ecléticos tradicionais quanto aos referenciais do marxismo enviesado.

[...] é importante reiterar que a clareza de direção social, que está na base do projeto ético-político profissional, não permite que se abra mão de um método radical (que vá à raiz) para o efetivo desvendamento dos múltiplos determinantes que conformam as refrações da questão social, condição necessária para que se possa planejar intervenções substantivas de caráter transformador. Nessa direção, é possível admitir o debate crítico entre ideias opostas, a sua explicitação objetiva e enfrentamento respeitoso, mas jamais a pseudoconciliação dessas ideias, conforme proposto pelos ecléticos (Prates, 2018, p. 244).

Um projeto profissional é a autoimagem de uma profissão e desta forma deve ser encharcado dos valores que a legitimam socialmente, bem como transmitir seus objetivos e funções, seus requisitos básicos para exercício, suas normas comportamentais e as bases para as relações estabelecidas com os usuários, os demais profissionais que compartilham os espaços de trabalhos e as instituições, conforme evidencia Netto (2006).

O autor cita que a elaboração de tal projeto exige um corpo coletivo formado pela categoria profissional que, quando organizada, é responsável por afirmar com solidez o projeto

na sociedade. Reforça ainda que ao passo que os projetos profissionais respondem às metamorfoses das necessidades sociais perpetradas pelas mudanças econômicas, históricas e culturais eles se estabelecem como estruturas dinâmicas que se renovam e modificam, assim como os(as) profissionais.

De acordo com as inferências de Guerra (2022), é consenso que o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social possui três pilares, a saber: o arcabouço legal da profissão – a lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS -, a produção de conhecimentos críticos e as lutas das entidades de base da categoria. O parâmetro para a apreciação desse projeto é o exercício profissional.

Para a autora, atualmente o PEP sofre descaracterizações, seja porque a direção social da profissão vive em constante disputa por projetos antagônicos, seja por este ser constantemente interpretado ou apropriado por perspectivas estranhas a sua constituição.

O PEP do Serviço Social foi construído pelo caminhar na história que a profissão trilhou, os processos de renovação e reformulações, as disputas teóricas e metodológicas, o confronto com o conservadorismo, haja vista que “o campo do PEP é a história, no qual ele nasce e se desenvolve, é a realidade social tomada na sua processualidade e inteligibilidade históricas” (Guerra, 2022, p. 53).

Segundo Netto (2006) ao compreender que o corpo profissional é composto por indivíduos diferentes que nutrem seus próprios projetos individuais e societário, o que fomenta um campo de tensão e lutas, é possível enxergar a articulação do pluralismo com o projeto profissional, visto que sua consolidação “deve dar-se com a nítida consciência de que o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado” (Netto, 2006, p. 6).

Sendo assim, ao resgatar o sétimo princípio do Código de Ética vigente que diz “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, é possível compreender que o princípio ético traduz tanto o explicitado no parágrafo anterior, quanto o teorizado por Coutinho (1991) acerca do pluralismo na produção do conhecimento acadêmico.

Após a compreensão sobre o que é o pluralismo e sua relação com o PEP do Serviço Social ser alcançada é inevitável inferir que a prevalência da categorização pluralista no oferecimento das teorias feministas nas graduações em Serviço Social diagnosticada nesta pesquisa coaduna com o sétimo princípio, pois ao encorajar que o corpo discente das universidades federais, em sua maioria, conheçam os feminismos (no plural) ao invés de serem

expostos a apenas uma das teorias, numa conduta ortodoxa/dogmática ou ainda a um apanhado eclético sem coerência teórica entre si, propicia o alcance do que Haguette (1991) chamou de adesão esclarecida, como supracitado.

Porém a inserção do debate de gênero no Serviço Social não aconteceu, nem acontece assim tão naturalmente como essa inferência, pois mesmo que fique comprovado que é um debate consonante a um princípio ético muitos marxistas ortodoxos/dogmáticos que compõem a categoria profissional e, principalmente, o quadro de pensadoras(es) e pesquisadoras(es) desta área do conhecimento questionam a validade, a credibilidade, a materialidade deste tema e creditam em sua direção ecletismo e fragmentação da luta de classe que ainda é tida como a categoria central para a formação do *ethos* profissional e para a mediação do exercício profissional.

Mas quando no dia a dia do trabalho as(os) profissionais se deparam com objetos que demandam um olhar particularizado, pois não são expressões da questão social, ao procurarem por esses sinais característicos que estão acostumados a incidir para reproduzir condutas introjetadas na sua identidade profissional com o próprio cotidiano, não os encontrarão, e por muitas vezes, não conseguirão nem perceber os fenômenos não relacionados as refrações da questão social e desta forma pessoas que necessitam de intervenção da profissão serão negligenciadas ou sofrerem violência institucional.

Ao fim deste item torna-se evidente o quão imprescindível é discorrer sobre o futuro da formação profissional e os impactos da constante disputa pela direção social da profissão, considerando o recrudescimento do conservadorismo e as pressões exercidas pela pós-modernidade sobre o Projeto Ético-Político atualmente hegemônico no Serviço Social.

3.2 Olhando para o futuro: a formação profissional de assistentes sociais e as contribuições dos feminismos

No ano de 2007, Marcelo Braz escreveu um artigo afirmando que a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social estava em xeque. Neste texto o autor inicia explicitando que hegemonia não pode ser compreendida como supremacia ou maioria e deve ser pensada em variáveis qualitativas e não quantitativas.

Em termos gramscianos, a palavra significa a prevalência (ou o predomínio) de uma vontade coletiva (ou de um interesse público) – o que supõe a necessária conexão a um projeto societário – sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas (Braz, 2007, p. 5).

Na sequência, Braz (2007) analisa os impactos que o embaralhamento da correlação de forças que a primeira ascensão de Lula ao poder causou e como isso se refletiu no estremecimento da hegemonia do PEP. O abalo se dava por dois problemas centrais, sendo o primeiro a ausência de uma alternativa ao modelo econômico capitalista que unificasse a classe trabalhadora e o segundo o fato da formação e o exercício profissional estarem inseridas em condições sociais objetivas de uma política econômica com direcionamento neoliberal.

Segundo Barroco (2015) o conservadorismo vem se atualizando desde a década de 70 para incorporar os princípios econômicos neoliberais e continuar difundindo seu modo de compreensão da realidade. O neoconservadorismo então se apresenta como combatente dos direitos sociais e defensor do livre mercado,

[...] reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.
A moral desempenha uma função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política (Barroco, 2015, p. 625)

Barroco (2015) teoriza que numa perspectiva como essa as expressões da questão social são moralizadas, ou seja, passam a ser encaradas como derivadas de *pseudos* desajustes morais como, por exemplo, desestruturação familiar ou abandono de valores tradicionais e os regimes neoconservadores costumam adotar uma postura punitiva em detrimento de propostas resolutivas. Consequentemente, para a autora, no fazer profissional isso se traduz em um

entrelaçamento de uma parte da categoria profissional com a adoção de soluções pragmáticas e individualizadas e condutas policialescas, como ferramenta de controle.

Mossicleia Silva (2019) assinala como a ofensiva ultraliberal provocou um impacto social significativo ao capitalizar os dissabores da classe média e de frações da classe trabalhadora para se apossar do governo. Pós *impeachment*⁹ da Presidenta Dilma Rousseff, diversas foram as contrarreformas conservadoras e reacionárias que foram aplicadas, o que numa perspectiva de correlação de forças lesou a classe trabalhadora.

Em última instância, é sempre a classe trabalhadora que perde, sendo mantidas as suas condições (econômicas e ideológicas) de exploração [...] Isso por uma razão simples: uma pretensa situação de equilíbrio não é tolerável para a própria classe que personifica a ânsia de acumulação (a classe capitalista) - ou ela se favorece de algum modo, ou não aceita os termos em jogo na vida econômica e política (Silveira Júnior, 2018, p. 103)

Após a chegada não convencional ao poder após 14 anos de ciclos petistas, era necessário garantir a permanência do projeto contrário à ascensão das camadas populares, primeiramente impedindo a candidatura mais promissora do lado progressista, ao orquestrar a prisão do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, em seguida pela associação ao ultraconservadorismo da extrema-direita representado por Jair Messias Bolsonaro que se elegeu à presidência usando falas discriminatórias e discurso de ódio e foi apoiado pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira, incluindo as igrejas evangélicas neopentecostais¹⁰, uma força subestimada na época.

Como explicitam Cisne, Cantalice e Araújo (2020), a extrema-direita se apoia num projeto societário racista, xenófobo, patriarcal e imperialista, procedem com absoluta aversão, preconceito e discriminação às diversidades, às mulheres, aos povos originários e quilombolas, às minorias no geral, rechaçam direitos sociais e trabalhistas e questionam alguns direitos civis e exaltam as estruturas conservadoras e elitistas da sociedade e suas características autoritárias.

Um dos movimentos mais significativos de resistência a esse projeto no cenário brasileiro foi o movimento feminista **#ELE NÃO**, a maior manifestação liderada por mulheres no Brasil e uma das maiores contra um candidato, de acordo com a notícia da BBC News Brasil de 30 de setembro de 2018. O movimento que se articulou inicialmente por meio das redes sociais, agrupou milhares de mulheres em todos os estados do país para irem às ruas diversas

⁹ Golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a ex-presidenta (Cisne; Cantalice; Araújo, 2020, p. 308).

¹⁰ Ver análise do documentário Apocalipse nos Trópicos de 2025 sobre como o apoio do segmento evangélico fundamentalista brasileiro foi decisivo na eleição de Bolsonaro em 2018 e como a vitória de Lula em 2022 só se consolidou após um compromisso firmado com líderes evangélicos.

vezes durante a corrida eleitoral se manifestarem contrariamente a eleição do então candidato da extrema-direita por conta de suas falas e ações machistas, misóginas e racistas que incluem apologia ao estupro, agressão física, declarações de duplo sentido, e muitas outras.

A ofensiva da extrema-direita ao poder foi um fenômeno mundial, isto é, em várias partes do mundo seus representantes foram eleitos a chefes de Estado como é o caso de Viktor Orbán na Hungria em 2015, Donald Trump nos Estados Unidos da América em 2017, Matteo Salvini na Itália em 2018, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Javier Milei na Argentina em 2023, entre outros.

Recriar esse cenário de recrudescimento do conservadorismo no mundo e particularmente no Brasil, torna evidente que o projeto profissional da gênese conservadora do Serviço Social que coadunava com o projeto societário vigente na época, encontra hoje escopo para permanecer presente em seu corpo coletivo e continuar a disputar espaço na direção social da profissão. Se em algum momento apregooou-se que era um projeto superado ou quiçá latente, foi com base em uma visão equivocadamente ingênua, pois “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários” (Barroco, 2015, p. 634).

De acordo com a síntese proposta por Silveira (2019) a face da extrema-direita no Serviço Social é representada pelo Serviço Social Libertário, um autointitulado “movimento” anticomunista, iniciado por estudantes e assistente sociais de várias partes do Brasil, para combater o que eles chamaram de doutrinação marxista sustentada pela formação profissional e trazer para dentro do Serviço Social a teoria liberal, a fim de apresentar propostas que não resultem na ditadura do proletariado.

Em uma de suas *23 teses para a reforma do Serviço Social brasileiro* escritas pelo professor doutor Edson Marques Oliveira e divulgadas no ano de 2017 há uma menção a como a categoria profissional se ocupa de bandeiras político-partidário-ideológicas como aborto, feminismo, movimento LGBT, Sem-Terra e negligencia questões que seriam de interesse da profissão como piso salarial, postos de trabalho, entre outros. Além disso, elucubra que a identidade profissional não se constrói a partir da imposição violenta impetrada por um grupo dito hegemônico, mas segundo o texto embasado nas ideias de Mary Ellen Richmond, a partir de “muito trabalho” de campo e intelectual e acima de tudo pautada na realidade não atrás dos muros da universidade.

A partir da leitura deste documento, fica evidente que as proposições são genéricas, muito pouco embasadas teoricamente, não apresentam nenhuma evidência, são redundantes e repetitivas, preconceituosas, discriminatórias, reprodutoras de opressões, mas encontram

terreno fértil para se reproduzirem ao alegarem que pretendem resgatar a identidade original do Serviço Social e a sua cultura profissionalizante.

Para Silveira (2019) o diálogo com as correntes conservadoras da profissão não deve se extinguir no rechaço de suas teses, mas deve insistir em compreender suas bases teórico-metodológicas, seu modo de pensar, as diferenças internas entre as vertentes da “nova direita”, pois isso pode vir a ser frutífero para a consolidação do PEP crítico da profissão.

[...] o conservadorismo e o reacionarismo são substâncias do fascismo, mas este é produto das relações capitalistas em momento de hegemonia burguesa em crise [...] a tática maior contra o fascismo insurgente no Brasil precisa ser contra a própria burguesia e seus modos de concentrar o poder político-econômico (Moreira, 2019, p. 553).

Moreira (2019) argumenta que tendo em conta que as relações sociais brasileiras são marcadas pelo conservadorismo historicamente e apesar de parecer diferente ele permanece com a mesma essência, é necessário a(ao) assistente social usar as expressões mais recentes do conservadorismo como matéria-prima para intervenções político-pedagógicas, pois, para ele, apenas por meio do próprio trabalho profissional é possível mostrar a validade atual do projeto.

Todavia, é indispensável que esse exercício profissional leve em consideração a vivência desta classe trabalhadora majoritariamente feminina que é constantemente atravessada por inúmeras situações que podem ser evidenciadas como derivadas do sistema consubstanciado de exploração-opressão-dominação e não apenas dos rebatimentos da relação capital-trabalho.

Os feminismos, de maneira geral, reconhecem a contribuição teórica do marxismo, aceitando entre outras, a concepção de práxis social, um contínuo movimento em espiral que valoriza a experiência como determinante da construção do saber. Porém, a complexidade das realidades de opressão, submissão, discriminação e exploração favorece a resistência das mulheres em “lugares de fala”, tempos e contextos diversos, levando-as a romper as barreiras do silêncio por meio da linguagem e da ação (Lisboa e Oliveira, 2019, p. 54).

Lélia Gonzalez (2020) narra que a esquerda ortodoxa rechaçou as militantes negras na década de 70 quando elas tentaram inserir as pautas articuladas pelo movimento negro com o argumento de que estavam dividindo as lutas populares, pois a questão da raça se confundia com a questão da classe. Para a autora, essa máxima é um reducionismo que simplifica a questão racial coadunando com a perspectiva da direita. “Quem criou o mito da democracia racial foi a direita, a direita é competente nessas questões. De repente embarcamos e ficamos numa

ortodoxia que não nos leva a efetivamente conhecer a nossa realidade” (Gonzalez, 2020, p. 218).

Será que Gonzalez estava certa ao dizer que quem argumenta que os movimentos sociais fragmentam a luta da classe trabalhadora joga o jogo da direita? Na mesma direção, será que atacar ou desqualificar a oferta de gênero no serviço social como eclética, ou relativista ou pós-moderna assume essa mesma perspectiva conservadora levantada por Gonzalez? Ou ainda, será que as feministas são de fato todo o enfrentamento/resistência que restou ao projeto conservador e ortodoxo, patriarcalista, racista, sexista, elitista?

Apesar de não haver dúvidas de que o sistema patriarcal e racista são anteriores ao capitalismo e já estavam estabelecidos em outros modelos societários, tanto que serviram como mola propulsora para a ascensão do novo modelo econômico, o marxismo ortodoxo, hegemônico no Serviço Social, insiste em enquadrar os fenômenos contraditórios da sociedade em uma perspectiva economicista, mesmo que não estejam relacionadas a ela em sua raiz, apenas em seus desdobramentos mais recentes.

É nesse aspecto que a perspectiva pós-moderna pressiona o Serviço Social ao indicar a necessidade de atualização da teoria marxista, questionando o discurso e suas verdades absolutas e invioláveis, as estruturas fixas e as categorias rígidas. Para Butler, a desconstrução de alguns conceitos que estão postos não necessariamente significa negá-los, mas antes “usá-los, repeti-los, repeti-los subversivamente, e deslocá-los dos contextos nos quais foram dispostos como instrumentos do poder opressor” (Butler, 1998, p. 38).

Apesar de não compartilhar da perspectiva disruptiva do feminismo pós-moderno, principalmente com sua característica a-histórica, com seu descrédito às noções de verdade e conhecimento ou com seu deslocamento da análise das estruturas para os discursos, Saffioti (1987) questiona o que ela chamou de marxismo dogmático, que para a autora, nutrido de uma postura reducionista defende que todos os problemas da sociedade se resolverão com a extinção da sociedade de classes.

[...] patriarcado e racismo são, pois, tomados como questões secundárias, menores. Os marxistas dogmáticos, exatamente em razão de seu dogmatismo, não enxergam as especificidades do patriarcado e do racismo, mesmo quando fundidos com o capitalismo, porque reduzem os três sistemas de dominação-exploração a um único: o das classes sociais (Saffioti, 1987, p. 114).

E a autora complementa:

[...] há cerca de 6500-7000 anos, quando os homens começaram a implantar seu esquema de dominação-exploração sobre as mulheres. Diferentemente do que a maioria pensa, ou melhor, acha, a ordem patriarcal de gênero é uma verdadeira recém-nascida. Com efeito, o que são sete milênios na história de uma humanidade de 250000-300000 anos? Foi nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres. Tais sistemas operacionalizam-se, materializando-se em práticas sociais, em mercadorias, em rituais religiosos, além do infanticídio de meninas, do aborto seletivo de fetos femininos etc.” [...] A sociedade não comporta uma única contradição. Há três fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi-se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. Aham muitos que a opressão (exploração-dominação) não só das mulheres, mas também delas, era muito mais aguda no passado remoto. [...] O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória (Saffioti, 2000, p. 72-73).

Conforme Barroco (2009) ao compreender a ética como um saber histórico com finalidade radical e totalizante, é possível empreender a observação da moral cotidiana e como esta pode provocar a alienação moral e dificultar ou mesmo impedir a objetivação concreta das exigências éticas humano-genéricas, aquelas necessárias para atingir consciência e capacidade de criar valores e escolher entre eles. Sendo assim, com a evolução do sujeito moral é possível ir além da consciência do eu singular e alcançar a consciência coletiva, o que para a autora, resulta na crítica sistemática à alienação moral, revela a ética como crítica à vida cotidiana em seus aspectos morais e contribui para a ampliação de uma consciência social crítica.

Em suma, pensando em um trabalho profissional comprometido ético-politicamente com a transformação da sociedade para uma sociedade mais justa, igualitária e equitativa, evidencia-se a necessidade de a formação profissional assumir diretamente a responsabilidade com a ampliação dos horizontes das(os) futuras(os) profissionais para tornar evidente que sem recorrer ao pluralismo, distante do ecletismo ou relativismo, não há possibilidade de compreensão crítica que aponta a práxis dos fenômenos provenientes dos sistemas consubstanciados de exploração-opressão-dominação apenas pela perspectiva que os reduz a expressões dos reflexos da relação capital-trabalho, de modo transversalizado ou secundário.

[...] o feminismo, como movimento político e sociocultural nasce, justamente, para contestar os pressupostos valorativos da modernidade, preocupa-se com a questão da ética, da equidade, da justiça e da igualdade, reivindicando-as como parte integrante de um novo paradigma civilizatório e de um projeto ético político emancipatório (Lisboa e Oliveira, 2019, p. 49).

A pesquisa feminista se apresenta como uma estratégia na direção acima mencionada à medida em que, como defende Cruz (2014, p. 24), propõe não apenas uma análise crítica das relações de gênero, mas também, a “valorização das dimensões moral e política das pesquisas e o reconhecimento da necessidade de mudança social para melhorar a vida das mulheres. Isso leva não apenas a definição de uma questão de pesquisa [...] mas ao desafio da maneira como a pesquisa é realizada”.

Com base no pensamento de Barbosa (2023), uma articulação com pensamento decolonial deveria buscar responder como é possível descolonizar o Serviço Social; se os conceitos de colonialidade servem como suporte teórico-metodológico para análise da questão social e para proposições de práxis profissional; e como a decolonialidade pode contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social?

Assim como as Ciências Sociais, o Serviço Social protagonizou um papel significativo na sobrevivência da colonialidade do poder, do saber e do ser. Sua descolonização e transição para a decolonialidade são fundamentais, tendo em vista serem geradoras de conhecimentos, teorias e métodos de intervenção (Barbosa, 2023, p. 172).

De acordo com a autora, existe uma herança colonial na identidade profissional que precisa ser desconstruída e isto deve contaminar a formação profissional afim de transformar a educação e a prática do Serviço Social. Desta forma, o protagonismo do fazer profissional passa a ser dos sujeitos invisibilizados historicamente o que “amplia o pensamento crítico ao reconhecer a diversidade como estratégia de ação emancipatória” (Barbosa, 2023, p. 174).

O arcabouço teórico do pensamento decolonial amplia o espectro conceitual necessário para analisar a questão social e coloca em debate novos enfoques sobre antigas questões invisibilizadas historicamente, promovendo articulações complexas sobre classe, raça, gênero e sexualidade. Como projeto ético-político, a decolonialidade interpela o projeto hegemônico colonial/moderno/patriarcal/capitalista/sexista/racista como alternativa emancipatória anti-imperialista, antissexista, antipatriarcal, anticapitalista, antirracista, anti-homofóbica (Barbosa, 2023, p. 175).

Os estudos feministas, para Lisboa e Oliveira (2019), têm uma capacidade diferenciada para provocar mudanças em perspectivas teóricas e incentivar a criação de alternativas de resistência que visam a compreensão em diversos âmbitos das desigualdades existentes entre mulheres e homens, bem como as suas formas de reprodução e legitimação.

Bem como, questionam o androcentrismo que vigora nas universidades. Para Sardenberg (2007) o “sujeito universal” da Ciência Moderna é homem-branco-ocidental,

consequentemente, isso além de negar autoridade epistêmica às mulheres, as exclui dos processos de investigação o que impacta na formatação da cultura científica e no conteúdo do conhecimento produzido contribuindo para que as teorias produzidas sobre as mulheres as representem como seres inferiores e ofusquem as relações de poder que se estabelecem entre os sexos. Outro desdobramento, segundo a autora, é que os conhecimentos produzidos no geral além de não serem úteis para as mulheres também reforçam as hierarquias de gênero e outras hierarquias sociais.

A função social das universidades como bem público é endossar o desenvolvimento da sociedade em vários âmbitos, como por exemplo no ramo do conhecimento ou da ciência, mas pode-se acrescentar também as reflexões de Panizzi (2002) de que a natureza da universidade é o debate e a reflexão e que é por isso que “têm extraordinária importância para nossas sociedades como lugar da diversidade cultural e da pluralidade ideológica, do debate e do diálogo que constroem sujeitos e coletividades, da crítica comprometida com a ética, que busca ser verdadeira e justa” (Panizzi, 2002, p. 13).

É exatamente aí que está a correção do trajeto. Se os feminismos, suas correntes teóricas, suas vertentes epistemológicas, suas maneiras de fazer pesquisa e de produzir conhecimento e principalmente seu vastíssimo arsenal de saberes já produzidos e sistematizados são uma lente valiosíssima para a compreensão da realidade e para a leitura crítica da sociedade, são eles que oferecem contribuições e ferramentas para resistir ao recrudescimento do conservadorismo da mesma forma que vem fazendo desde os primórdios das sociedades em todos os seus modelos de sociabilidade, e com isso se tornam uma “carta na manga” no fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e da sua hegemonia.

Cabe apenas frisar que a carta ainda está escondida na manga porque essa mesma hegemonia que os feminismos defendem e fortalecem, os silenciam ou os reduzem a subordinados da classe. Ainda assim seguiremos na defesa de um Serviço Social com direção social crítica, autônomo, potente, politizado, ético, radical, interventivo, investigativo, pedagógico e hegemonicamente embasado num método que permita a leitura da realidade social na totalidade de suas contradições, pois só assim haverá uma profissão em que seja possível pautar e trabalhar em prol da transformação social para uma sociedade mais justa, igualitária, equitativa e mediar a construção de uma nova ordem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso desenvolveu uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualiquantitativa que utilizou como base metodológica o materialismo histórico-dialético e as teorias feministas críticas para realizar uma pesquisa bibliográfica e documental com objetivo de compreender as contribuições das teorias feministas à formação profissional em Serviço Social no Brasil.

Ao discorrer sobre a formação profissional da(o) assistente social no decorrer histórico constatou-se que os elementos que foram categorizados e sistematizados sobre os primeiros currículos e o primeiro código de ética que trazem dentre eles a caridade cristã, as exigências morais conservadoras atreladas à identidade profissional e os dogmas religiosos, deixam uma trilha que pode ser observada e seguida até a atualidade, mesmo com as revisões curriculares e com as renovações dos códigos. Para exemplificar, no Código de 1965 ainda eram deveres da(o) assistente social zelar pela família e se interessar por resolver os grandes problemas sociais, ao mesmo passo em que na formação ainda existiam disciplinas moralizantes como uma disciplina para higiene mental.

Após outra reformulação curricular, apesar de “enxugar” o currículo e retirar algumas disciplinas, a base teórica fenomenológica ainda conferia uma formação psicologizante para responsabilização dos sujeitos pelos seus problemas o que se refletia numa atitude profissional fiscalizadora e policialesca, reforçada pelo Código de Ética de 1975 que colocava como dever profissional fiscalizar e denunciar o colega de profissão.

No Código de Ética de 1986 evidencia-se uma nítida tentativa de resistência com as indicações de deveres como denunciar agressões ou abusos de poder das autoridades, defender a classe trabalhadora, direito de se manifestar, enquanto na formação começam a aparecer contornos de um movimento para estimular alguma reflexão crítica.

Entretanto a intenção de ruptura é um processo contínuo que se dá até os dias atuais, pois o conservadorismo está enraizado não apenas na formação profissional, mas também no imaginário popular que se tem da profissão que alimenta o estereótipo da “moça boazinha” que muitas vezes a sociedade enxerga ou quer enxergar nas assistentes sociais.

Isso por si só já justificaria a necessidade de recorrer a um tipo de produção de conhecimento científico que se afaste da ciência cartesiana (aquela que exige objetividade e neutralidade, mas que nunca foi neutra, na perspectiva de gênero) para que seja possível alcançar uma leitura social em que a(o) pesquisadora(o) está inserido no objeto de sua análise.

É pertinente retomar que mesmo que o currículo tenha amadurecido numa perspectiva crítica as reformas e revisões podem fazer parecer que a ruptura se efetivou todavia é imprescindível compreender que todos os projetos profissionais apresentados anteriormente não deixaram de existir quando a nova perspectiva se apresentou. Se trata de projetos profissionais em constante disputa. Não é porque a perspectiva crítica é hegemônica na atualidade que ela é homogênea.

Pensando nisso, o Código de Ética de 1993 que, apesar de revisado, se sustenta até hoje, traduziu no âmbito da ética profissional a essência do processo de luta coletiva que foi a redemocratização do Brasil. Há nele evidências robustas de uma perspectiva crítica. Contudo, nele estão princípios e valores éticos que conduzem ao entendimento que não é apenas uma mudança de cunho classista que ele defende no campo societal. O referido código elenca a ampliação da cidadania com foco na eliminação de todas as formas de preconceito, com menção ao respeito às diversidades e a discussão das diferenças e especificamente ainda determina como um princípio ético do profissional a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Ao fazer uma revisão histórica da formação profissional da(o) assistente social evidenciou-se, que o Serviço Social apesar de ser historicamente uma profissão executada por mulheres e sua formação ter sido revisada e reformulada inúmeras vezes, seja no contexto da formação do *ethos* profissional, seja na formatação dos princípios éticos, até o fim dos anos 90 ainda não tinha consolidado um espaço de debate acerca do gênero e dos feminismos dentro da formação profissional. Então, um longo movimento de resistência histórico precisou e precisa ser empreendido para inserir o debate no seio da teoria crítica hegemônica no Serviço Social e da oferta obrigatória de disciplinas. Entretanto, tudo leva à compreensão de que são os feminismos que tem garantido a resistência e a coerência para compreensão crítica da realidade social contemporânea. Resistência, diga-se de passagem, na mira dos ultraconservadores.

Evidenciou-se também que as primeiras pesquisas sobre os estudos feministas, no serviço social, datam a década de 90 e se inseriram gradativamente nos espaços de debate da categoria, o que resultou em sua posterior inserção nas linhas de pesquisa da ABEPSS que objetivavam fomentar pesquisas sobre gênero, raça e etnia, feminismos, geração e sexualidades bem como fortalecer a produção do conhecimento nessas subáreas. Contudo, somente em 2014 foi aprovada a inclusão de uma disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de Serviço Social relacionadas às temáticas. Mais de trinta anos depois, a inserção dos estudos sobre as teorias feministas ainda se configura como um debate em disputa no âmbito da formação profissional, mas o que existe hoje se provou um processo construído por meio de resistências.

A partir da análise aprofundada da oferta de disciplinas de gênero nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social nas Universidades Federais do Brasil, tomando como fontes de pesquisa os projetos pedagógicos foi possível constatar que do total de 35(100%) universidades federais que oferecem o curso de Serviço Social, 31(88,5%) ofertam disciplinas de gênero em seus currículos. Por conta disso, considera-se que a oferta de disciplinas relacionadas à questão de gênero nos cursos de Serviço Social de universidades federais brasileiras é significativa, pois está presente em 88,5% dos cursos existentes, mas não é uniforme, pois 11,5% dos cursos sequer se propõe a tratar do tema, quais sejam: 01 curso na Região Nordeste e outro na Região Sul; 02 cursos na Região Sudeste; já as regiões Centro-Oeste e Norte, todos os cursos de Serviço Social existentes, ofertam disciplinas relacionadas a gênero.

Sendo assim, o panorama brasileiro da oferta das disciplinas de gênero nos cursos de Serviço Social das universidades federais pode ser analisado de duas maneiras. A primeira, considerando os resultados das análises das regiões, onde 03 delas (Centro-oeste, Sudeste, Norte) apontam prevalência da oferta obrigatória e 02 regiões (Nordeste e Sul) da oferta optativa, desta forma a predominância brasileira seria da oferta obrigatória. Todavia, a segunda forma de análise é de acordo com a maioria absoluta das disciplinas oferecidas em que das 33 disciplinas oferecidas, 17 são na modalidade optativa e 16 são na modalidade obrigatória, o que resulta no prevalecimento da oferta optativa.

É importante retomar que a ABEPSS aprovou o oferecimento de ao menos uma disciplina na **grade curricular obrigatória** que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração e ainda há 17 disciplinas sendo oferecidas na modalidade optativa e 4 universidades que nem sequer abordam as temáticas. Há um evidente descumprimento de uma normatização aprovada por unanimidade em assembleia, o que suscita o questionamento sobre qual seria o motivo para tal resistência em adequar os currículos para cumprir a diretriz aprovada pela categoria?

Tomando como fundamento as teorias feministas, foi possível definir vertentes/abordagens que direcionam a classificação e as análises das ementas e da bibliografia básica, com a finalidade de contrapô-las aos princípios do Código de Ética e com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

O panorama geral das regiões evidencia que: nas Regiões Nordeste e Sul prevalece a oferta na modalidade optativa e da categorização pluralista, por considerar, no conteúdo da bibliografia, diversas abordagens dos feminismos. Já na Região Centro-Oeste a predominância foi da oferta obrigatória e da categorização ortodoxa/dogmática. Na sequência, na Região

Sudeste destacou-se a preponderância da oferta obrigatória e da categorização pluralista. E por fim, a Região Norte onde o predomínio foi do oferecimento obrigatório e da categorização dualista.

Analisa-se que é relevante o recorte que considere a territorialidade/regionalidade, dado que o eixo Norte/Nordeste é considerado a periferia da produção do conhecimento científico brasileiro, enquanto há um protagonismo que pende para o eixo Sul/Sudeste apesar do primeiro ser responsável por uma vasta contribuição para a produção do conhecimento em diversas áreas. Nem no Serviço Social, nem nas pesquisas científicas feministas essa tendência a inferiorização e subalternização do eixo Norte/Nordeste é diferente, visto que uma das fragilidades para a inserção do debate de gênero levantada por um dos relatórios de gestão do GTP 6 menciona que a maioria das pesquisas realizadas na linha de gênero, raça/etnia e sexualidade, se concentrava ao sul do Brasil, apesar da larga produção do conhecimento que a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) vem produzindo desde os anos 90. Tal fato, ratifica inclusive o que Sardenberg fala em relação as feministas latino-americanas e o processo de inferiorização da sua produção de saberes em comparação ao protagonismo dos saberes eurocêntricos e/ou norte-americanos.

Qual o motivo dessa periferização do eixo Norte/Nordeste? Seria porque o eixo Rio-São Paulo de produtores de conhecimento sempre se colocou como a elite do pensamento científico e conseqüentemente, os pensadores do referido eixo do Serviço Social se colocam como a elite do pensamento marxista¹¹, hegemônico no Serviço Social brasileiro? Todavia, em uma perspectiva do conhecimento científico produzido sob os vieses feministas, destaca-se a formação pluralista.

Inicialmente, em relação às hipóteses orientadoras desta pesquisa conjecturou-se que o oferecimento das disciplinas de gênero na formação da(o) assistente social fez parte de um movimento de resistência histórico de aprofundar o debate da formação profissional em consonância com a teoria crítica, seja em uma vertente materialista histórico-dialética ou em uma vertente pós-moderna. Além disso, também se supôs que a formação em Serviço Social no Brasil em consonância com os princípios do Código de Ética do(a) Assistente Social e com o

¹¹ É comum pensadoras expressarem que há uma diferença significativa entre pensamento marxista e marxiano. O pensamento marxiano é a própria teoria social crítica de Karl Marx, isto é, seus escritos originais, o trabalho é fundante e as análises são feitas sobre os fundamentos ontológicos de Marx, com isso, fica de fora justamente o patriarcalismo, o racismo, a cisheteronormatividade, pois a origem da sociedade dos homens é o trabalho. Por conseguinte, o pensamento marxista é aquele com base no que Marx escreveu, ou seja, a interpretação dos seus postulados que levaram a outras teorizações e derivações da teoria social de Marx e que permitem integrar gênero, raça/etnia, sexualidades nas análises por conta do princípio da totalidade, em uma perspectiva crítica e dialética.

Projeto Ético Político da profissão está afinada com o que propõem as teorias feministas, pois estas afirmam princípios que convergem com o que se espera da construção de uma identidade profissional da(o) assistente social.

É evidente que baseando-se em tudo que foi compartilhado acerca da inserção dos debates de gênero ter sido, paulatina e concomitante, a inserção do tema nos GTPs da ABEPSS e a construção de um saber científico feminista seja como objeto ou como determinante de análise no Serviço Social é constantemente rechaçado, comprova que este é fruto de um movimento de resistência histórico e que cumpre na mesma intensidade o papel de aprofundar ou ampliar a formação profissional em consonância com a teoria crítica.

Também não há como negar apesar de haver consonância entre os princípios ético-políticos da profissão e o que defendem as teorias feministas, pois ambos convergem para a construção de uma identidade profissional democrática e que defende uma sociedade livre de preconceitos, discriminações, opressões, explorações sejam elas enraizadas em quaisquer estruturas, há ainda uma resistência significativa no reconhecimento do tema como correlato ao Serviço Social, num posicionamento ortodoxo que permite afirmar uma nítida violação do compromisso assumido pela universidade com a educação brasileira e com o desenvolvimento societário.

Em vias de propor uma estratégia para transformar o panorama da oferta em totalmente obrigatória em todos os cursos de Serviço Social em todas as universidades, seria o momento de dizer do papel do Movimento Estudantil (ME) e como ele deveria pressionar os Núcleos Docentes Estruturantes para obedecer a diretriz da ABEPSS. Todavia, o desafio se apresenta instantaneamente ao mencioná-lo. O Movimento Estudantil não se organiza mais como fazia antigamente. As formações ficaram escassas e o diálogo com as bases ficou esparso. Está perdido, patinando, sem saber nem pelo que lutar. Desarticulado da categoria que representa a prática, navega sozinho. Pode ser que nacionalmente o cenário seja outro, mas nos polos regionais, não há coalizão.

Só se descobre a realidade a partir desse estudo aprofundado sobre a formação profissional e seus processos de avanços e retrocessos concomitantes nas tentativas de adensar pautas correlatas ao Serviço Social. Talvez essa seja a estratégia mais eficaz a se propor, a realização de mais pesquisas sobre o assunto. Trazer essa contradição e esse corrompimento das diretrizes à tona, porque a adoção da ortodoxia é uma nítida violação do compromisso assumido pela universidade com a educação brasileira e com o desenvolvimento societário.

A categorização pluralista se constatou predominante tanto na análise regional, quanto na análise da maioria absoluta. 03 regiões (Nordeste, Sudeste e Sul) apontaram a categorização

pluralista; 01 (Norte) apontou a categorização dualista e 01 (Centro-oeste) apontou a categorização ortodoxa/dogmática. Na contagem geral das 31 universidades 19 apontaram a categorização pluralista, 07 apontaram a categorização dualista, 03 apontaram a categorização ortodoxa/dogmática, o que soma um total de 29 universidades, pois uma delas não aborda as teorias feministas e uma delas não indica fontes bibliográficas na sua ementa o que tornou a análise incompleta

Comprovou-se que uma atuação profissional comprometida com a direção social hegemônica da profissão exige que a formação profissional assuma diretamente a responsabilidade pela ampliação teórica dos horizontes das(os) futuras(os) profissionais de modo a deixar nítido que, sem recorrer a uma abordagem pluralista, distante do ecletismo ou relativismo, não há possibilidade de compreensão crítica que aponta a práxis dos fenômenos provenientes dos sistemas consubstanciados de exploração-opressão-dominação apenas pela perspectiva que os reduz a expressões dos refluxos da relação capital-trabalho.

Os feminismos se apresentam como uma estratégia na referida direção à medida em que propõem não apenas uma análise crítica das relações de gênero, mas também desafiam perspectivas teóricas e fomentam alternativas de resistência que visam compreender as esferas das desigualdades existentes entre mulheres e homens, bem como as suas formas de reprodução e legitimação.

Ao buscar compreender como as correntes feministas contemporâneas dialogam com os princípios do Código de Ética do Serviço Social e com o Projeto Ético Político da profissão, resgatando o sétimo princípio do Código de Ética vigente que diz “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, é possível compreender que o princípio ético traduz que a categoria profissional é composta pela junção de pessoas diferentes que nutrem seus próprios projetos individuais e societário, o que fomenta um campo de tensão e lutas, e que é possível enxergar a articulação do pluralismo com o projeto profissional, visto que sua consolidação é elemento da vida e da profissão.

“Enxergar que o ‘novo’ é composto pelo ‘velho’ é dialético”¹². Consequentemente, há um nítido enfrentamento ao projeto democrático que se manifesta com investidas de retrocessos antidemocráticos e são expressos no viés do Serviço Social Libertário e de seu projeto político de sociedade fundamentalista conservadora. Entretanto, o que unifica a luta contra as expressões da questão social e os processos de dominação-opressão das relações sociais,

¹² SANTOS, Silmere Alves. 2025. Disponível em: chamada telefônica. Acesso em: 05 ago. 2025.

pautadas em uma cultura machista, androcêntrica, sexista, racista é a defesa da democracia, da emancipação e da liberdade como um princípio ético-político central e determinante da identidade profissional e como projeto societário que se deseja implementar e defender, perspectiva que recheia o miolo do projeto profissional hegemônico.

Destarte, a prevalência da categorização pluralista no oferecimento das teorias feministas nas graduações em Serviço Social, comprovada por esta pesquisa, coaduna com o sétimo princípio, ao encorajar que o corpo discente das universidades federais, em sua maioria, conheça os feminismos (no plural) ao invés de serem expostos a apenas uma das teorias, numa conduta ortodoxa/dogmática ou ainda a um apanhado eclético sem coerência teórica entre si.

Coaduna portanto com o PEP do Serviço Social mas apenas se o analisarmos como um projeto que pauta a construção de uma sociedade livre de todas as formas de opressão, discriminação e exploração sejam elas oriundas da classe ou da raça/etnia ou de gênero ou dos três contradições consubstanciadas, pois uma sociedade socialista não levaria necessariamente a uma sociedade não patriarcalista e não racista, por isso é inevitável que para defender a criação de uma nova ordem societária como é princípio ético da profissão se defenda a queda das contradições que produzem o nó de subjugação das classes subalternas.

Por fim, a partir das contribuições das teorias feministas para formação profissional em Serviço Social no Brasil depreende-se que: tendo em conta que as relações sociais e a formação sócio-histórica brasileiras são marcadas pelo conservadorismo, apesar de parecer diferente, o conservadorismo permanece com a mesma essência. Nesse sentido, é necessário a(ao) assistente social compreenderem as raízes históricas e as expressões mais recentes do conservadorismo como matéria-prima para intervenções político-pedagógicas e como objeto da produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro.

Todavia, é indispensável que o trabalho profissional leve em consideração a vivência desta classe trabalhadora majoritariamente feminina, preta e pobre, que é constantemente exposta a inúmeras situações que podem ser evidenciadas como derivadas do sistema consubstanciado de exploração-opressão-dominação e não apenas dos rebatimentos da relação capital-trabalho, transversalizado ou secundário.

Conforme Lessa (2007), apesar do trabalho ser a categoria fundante do mundo dos homens apartado da natureza são as relações sociais mediadas por complexos sociais distintos do trabalho que possibilitam seu desenvolvimento se reproduzindo socialmente. Isto é, o mundo dos homens não pode ser reduzido ao trabalho, mesmo que tenha nele seu elemento fundante, pois a característica mais expressiva do ser social é a criação de complexos sociais que se distanciam do trabalho na mesma medida em que afirma sua centralidade.

Nessa perspectiva, o Código de Ética de 1993 menciona que os valores são determinados pela prática social que é resultado dessa atividade criadora teleológica e projetista mediada pela socialização que introjeta a capacidade de ser livre. Nesse trecho o código deixa claro que uma sociedade só pode ser plena se municiar a criação de novos valores que supõem a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação, não apenas os processos que pressupõem a exploração de classe ou a alienação do trabalho.

Apesar de não haver dúvidas de que o sistema da cultura patriarcal e racista são anteriores ao capitalismo e já estavam estabelecidos em outros modelos societários, tanto que serviram como mola propulsora para a ascensão do novo modelo econômico, o marxismo ortodoxo, hegemônico no Serviço Social, insiste em enquadrar os fenômenos contraditórios da sociedade em uma perspectiva economicista, mesmo que não estejam relacionadas a ela em sua raiz, apenas se consubstanciam estruturalmente em desdobramentos mais contemporâneos. Nesse contexto vem à tona a indagação: talvez esse posicionamento ortodoxo/dogmático não seria característico de um marxismo enviesado e, como mencionado por Gonzalez, de direita?

A pesquisa feminista se apresenta como uma estratégia na direção acima mencionada à medida em que propõe não apenas uma análise crítica das relações de gênero, mas também desafia a maneira como a pesquisa é realizada, pois possui uma capacidade diferenciada para provocar mudanças em perspectivas teóricas e práticas, incentivando a criação de resistências que visam a compreensão das desigualdades histórico-social e culturalmente construídas, não em uma perspectiva determinista, mas imbricando-se aos sujeitos que tem lugar de fala em toda a sua diversidade, que tem direitos de ser e estar em todos os espaços sociais, saindo da exclusão social.

Os feminismos, suas correntes teóricas, suas vertentes epistemológicas, suas maneiras de fazer pesquisa e produzir conhecimento e, principalmente, seu vastíssimo arsenal de saberes já produzidos e sistematizados são uma lente valiosíssima para a compreensão da realidade e para a leitura crítica da sociedade. Oferecem contribuições e ferramentas para resistir ao recrudescimento do conservadorismo, da mesma forma que vem fazendo desde os primórdios das sociedades em todos os seus modelos de sociabilidade, e com isso se tornam uma alternativa no fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

Cabe apenas frisar que essa mesma hegemonia que os feminismos defendem e fortalecem, os silenciam ou os reduzem a subordinados da classe. Ainda assim seguiremos na defesa de um Serviço Social com direção social crítica, feminista, não androcêntrico, livre da cegueira ideológica para o lugar do colonizador, autônomo, potente, politizado, ético, radical, interventivo, investigativo, pedagógico e hegemonicamente embasado num método que permita

a leitura da realidade social na totalidade de suas contradições, pois só assim haverá uma profissão em que seja possível pautar e trabalhar em prol da transformação social para uma sociedade mais justa, igualitária, equitativa e a caminho de construir de uma nova ordem social.

Assim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para dar continuidade a essa pesquisa em futuras incursões que podem optar por seguir algumas direções diferentes que já ficam aqui sugeridas como possibilidades. A primeira pode concentrar-se em analisar com que periodicidade os cursos que oferecem as disciplinas na modalidade optativa, pois sabe-se que essa é uma variável que pode impactar muito no panorama de como essa oferta se processa no final das contas e quais discentes atinge.

A outra possibilidade é a análise de como se dá o oferecimento das teorias feministas na pós-graduação em Serviço Social, a nível de mestrado e doutorado, tanto em relação a caracterização do oferecimento e categorização em pluralista, dualista ou ortodoxa/dogmática, quanto em relação as vertentes dos feminismos.

O fato de que um objeto de pesquisa ser ou não ser relevante para o Serviço Social é uma questão de leitura da realidade e análise de conjuntura o que compreende, inclusive, perspectivas e projeções futuras, porque estudos científicos que envolvem conhecimentos socioculturais e políticos podem se tornar relevantes um tempo depois do momento em que são realizados, principalmente para um trabalho que lida com afetados pelas mudanças societárias e políticas, como é o caso das(os) assistentes sociais, o que ratifica o que Kameyama disse em 1998.

Mais uma direção possível é a realização de uma pesquisa direcionada à produção científica em Serviço Social a ser realizada tanto nos repositórios institucionais dos seus programas de pós-graduação quanto nos períodos de Serviço Social, Revista Katálisis, Serviço Social e Sociedade, Revista Temporalis, Revista SER Social, Revista Praia Vermelha, entre outros.

A sugestão nos dois últimos casos poderia contemplar a análise que as contribuições que os debates das pesquisas podem adensar à formação profissional, ao projeto ético-político da profissão e à construção da identidade profissional, bem como para transformação societária.

Em conclusão, o tema abordado neste trabalho merece atenção contínua uma vez que pode representar o aprimoramento da formação profissional, pode auxiliar na manutenção a hegemonia da projeto ético-político com direção social crítica e emancipatória e pode, principalmente, causar uma transformação efetiva na ordem societária atual e porque não dizer, provocar uma pequena rachadura em sua estrutura que provocará sua ruína.

Uma coisa é certa, sempre tentaram dominar e subjugar mulheres e elas ainda estão aqui!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos Abess**. n.7. São Paulo: Cortez, p.58-76, 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Luís, 2008. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ABEPSS. **GTPs**. Brasília, 2025. Disponível em: <<https://abepss.org.br/gtps/>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ABEPSS. Relatório Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades Gestão 2013-2014. ABEPSS, 2014. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ABEPSS. Relatório Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades Gestão 2015-2016. ABEPSS, 2016. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ABEPSS. Relatório Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, e sexualidades Gestão 2017-2018. ABEPSS, 2018. Disponível em: <<https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-apresentado-no-coloquio-gtp-2018-genero-201912021609156971200.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.

APOCALIPSE nos trópicos. Direção: Petra Costa. Produção: Brad Pitty. Brasil: Netflix, 2025. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81989009>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ARANHA, Maria Lúcia Machado; SANTOS, Débora Rodrigues. **Serviço Social no Brasil: contextualizando a formação profissional**. CADERNOS UFS: Serviço Social. São Cristóvão: EDUFS, 2006.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 161–182, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZQgTZrhFrNVyvQXH6crSK8x/>>. Acesso em: 07 ago. 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa_edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623–636, out. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BORGES, Josefa Lusitânia de J.; CRUZ, Maria Helena Santana. Apontamentos sobre a inserção da abordagem de gênero na formação no curso de Serviço Social da UFS. *In*: CRUZ, Maria Helena Santana. BORGES, Josefa Lusitânia de J. (Organizadoras). **Serviço Social e Gênero: interface com políticas públicas e sociais**. Curitiba: Appris Editora, 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional**. São Paulo. 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em 08 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional**. Rio de Janeiro. 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em 08 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional**. Rio de Janeiro. 1975. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em 08 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional**. Rio de Janeiro. 1986. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em 08 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 1.899 de 13 de junho de 1953**. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Rio de Janeiro, 1953. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1889-13-junho-1953-366870-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRAZ, Marcelo. A Hegemonia em Xeque. Projeto Ético-político do Serviço Social e seus Elementos Constitutivos. **Revista Inscrita**, ano 7, n. 10, p. 05-10. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__10_>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, v.11, p. 11-42, 1998. Disponível em: <[https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf)>. Acesso em: 01 ago 2025.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 430–455, set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Caderno Abess**, n.1, Cortez: São Paulo 1986.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, Cortez, n. 4, p. 5-17, 1991. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAUJO, Luciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 307-327, jul/dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32167/21573>>. Acesso em: 01 de ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Painel 1; Cruzamento raça e gênero. p. 7-16. 2012. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CRUZ, Maria Helena Santana. A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 12, p. 15–28, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2949>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares? **Temporalis**. n. 2. Brasília: ABEPSS, 2000.

FORTI, Valéria L. Pluralismo, serviço social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Katálisis**, Florianópolis, UFSC, v.20, n.3, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p373>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999, 5. ed.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, intervenções e**

diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAGUETTE, André. Ecletismo e pluralismo. **Educação em debate**, Fortaleza, v. 14, n. 21/22, p.117-127, jan./dez. 1991. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14164/1/1991_art_andrehaguette.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

HILLESHEIM, Jaime. Marxismo e Serviço Social: palestra do Professor José Paulo Netto. **Revista Katálisis**. v. 25, n. 3, p. 661–674, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/FYwqcMX6bWgFvHJJKpQmyws/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 608–639, out. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2024.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n8, P.33 a 76, 1998.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93–103, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVnNxSrszcVLQGfHFsF85kk/>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

LIMA, Márcia Maria Tait; VASCONCELLOS, Bruna Mendes; JALIL, Laetícia. Mulheres populares e a sustentabilidade da vida na América Latina: recontar histórico e importância na atualidade. **Revista Interstícios de la política y la cultura: Intervenciones latinoamericanas**, Córdoba, v. 10, ed. 19, p. 7-29, 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/33000>>. Acesso em: 20 out. 2023.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade**. n. 117, p. 45–68, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwKjYMjNTsc/>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 1, p. 66–75, jan. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Serviço Social com

Perspectiva de Gênero: o que a "cegueira ideológica" não permite ver. **Revista Feminismos**. Universidade Federal da Bahia. v. 3, n.2 e 3, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/30151/17822/106407>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. O saber surge da prática: por um Serviço Social com perspectiva feminista. **Revista Grifos**. n. 46, 2019. Disponível em: <https://nusserge.paginas.ufsc.br/files/2020/05/LISBOA-T-OLIVEIRA-C.-O-saber-surge-da-pr%C3%A1tica_2019.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá, n.9: 73-101, 2008. Disponível em: <<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1995, 3. ed. Disponível em: <o-que-c3a9-materialismo-dialc3a9tico-edgard-malagodi.pdf (wordpress.com)>. Acesso em: 20 out. 2023.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. e70177, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/jTjDvt7MK4h4vjnjPwchhZR/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 21 set. 2025.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálisis**. v. 20, n. 2, p. 262-271, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p272/34408>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SILVA, Marlise Vinagre; MIRALES, Rosana; LISBOA, Teresa Kleba. O lugar do gênero na formação da-o assistente social. **Temporalis**, Ano 6, n. 11. Brasília: ABEPSS, 2006.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O projeto ético-político do Serviço Social no atual contexto antidemocrático brasileiro. **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. 2. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/23044>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.º 30, p. 89-102, maio/ago, 1989.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. 408 p. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo : Expressão Popular, 2011. 64p.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. Nas “ondas” do feminismo: Movimentos em avanço. *In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades - CONINTER 4*, 2015, Foz do Iguaçu. ANAIS CONINTER 4, 2015. p. 45-59.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível: <<https://pt.scribd.com/document/499458877/23-Teses-Final-v6>>. Acesso: 7 ago. 2025.

PANIZZI, Wra Maria. *Universidade: um lugar fora do poder*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PRATES, Jane Cruz. Reflexões críticas sobre o pluralismo e o ecletismo no serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/32902>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. *In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (orgs.). Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. Disponível em: <https://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

RAMOS, Mayara Augusta Monteiro; SANTOS, Olivia Irene Reis; MARTINS, Tereza Cristina Santos. Formação em Serviço Social: disciplinas que debatem as opressões de gênero, raça e Direitos Humanos. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 2025. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/CESP/article/view/85135>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ROCHA, Sheilla Nadíria Rodrigues. **A influência do ecletismo na produção teórica do serviço social na contemporaneidade**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9200/1/arquivo2587_1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19726>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Estudos Feministas**, v. 11, 2007. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%c3%a3o%20Fnal%20Da%20Cr%c3%a4tica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, v. 20, p.56 - 96, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28014/1/Caleidosc%c3%b3pios%20de%20G%c3%aa%20nero.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016. Disponível em: <<https://soscorpo.org/wp-content/uploads/2016-Feminismo-popular-e-lutas-antissistemicas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, Ana Celia Bahia. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição. **Caderno Abess**, n.8, São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Nelmires Ferreira da. Núcleo Estruturante – espaço para repensar o projeto pedagógico e a formação profissional? In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos [et al.]. **Serviço Social no debate cotidiano: fundamentos, formação e exercício da profissão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SILVA, Mossicleia, Mendes. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. 2. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVEIRA, Leonardo Diego da Silva. Ética e Serviço Social no Brasil: Apontamentos históricos sobre os códigos de ética da profissão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais Eletrônicos...** Brasília: ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS/DF, 2019. Disponível em: <<https://brosquini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1052>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a “nova” direita vai ao Serviço Social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2019. **Marxismo sem tabus – enfrentando opressões**. **Anais Eletrônicos...** Niterói, 2019. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2019/AnaisMM2019/MC47/MC472.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 1, p. 96–107, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/ZwRfkQmRf9qZCxqPLXdT8Dw/>>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**. Ano IV, n. 8. Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.

TAVARES, Márcia Santana; LISBOA, Teresa Kleba. Feminismos e Produção do Conhecimento em Serviço Social. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 3, n. 2/3, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30147>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico. *In*: TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, p. 49-75.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Processos e Técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: uma aplicação aos desafios do ensino no mestrado profissional. **Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health**, v.2, n. 11, 2020. p. 29-36. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/17103>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

APENDICES

APENDICE 1 - Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Nordeste)

UFMA	EMENTA: Gênero como categoria de análise histórica. O patriarcado como elemento estruturante das relações de gênero. O debate contemporâneo sobre as interseções entre relações de gênero, de classe, de raça/etnia; relação público e privado; relação produção/reprodução. O feminismo como sujeito político. Sexualidade, corpo e orientação sexual. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas no Brasil e no Maranhão. O trabalho profissional do (a) assistente social no contexto das relações de gênero no Brasil e no Maranhão. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista ENGELS, Friedrich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. Feminismo Radical HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle, Novas configurações da divisão sexual do trabalho. LISBOA, Teresa K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em Serviço Social. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BOURDIEU, P. A dominação masculina. FOUCAULT, M. A história da sexualidade 1: a vontade de saber. PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).
UFRN	EMENTA: As expressões da desigualdade e a divisão social/sexual do trabalho. Feminismo, gênero e patriarcado na formação sócio-histórica brasileira e na atualidade: principais lutas, conceitos e polêmicas. O Serviço Social e a discussão sobre Gênero e Patriarcado. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista ARAÚJO, Clara et al. Marxismo e feminismo. Feminismo Radical SAFFIOTI, Heleith. A mulher na sociedade de classes. SAFFIOTI, Heleith. Gênero patriarcado violência SAFFIOTI, Heleith. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. CASTRO, Nádia Araújo & GUIMARÃES, Iracema Brandão. Divisão Sexual do Trabalho, Produção e Reprodução. Feminismo Pós-moderno/Interseccional TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. Retomando o fio da história. HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. FRY, Peter & MACRAE, Edward. O que é Homossexualidade. WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Feminismo Decolonial SILVA, Maria Beatriz Nizzada. Sexualidade família religião na colonização do Brasil.
UFBA	EMENTA: Conceitos fundamentais: igualdade, diferença, equidade e diversidade. O conceito de interseccionalidades e a lógica da articulação dinâmica de hierarquias sociais. Sexo, gênero e sexismo. Raça, cor, racismo e etnicidade. Idade e geração: sua importância teórica e política. Compreensão de caráter estrutural das relações de gênero, raça/etnia e idade/geração, suas complexas interconexões com as desigualdades de classe. O significado da perspectiva da equidade para o Serviço Social nas dimensões analítica e interventiva, com ênfase nas políticas sociais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Radical SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes. Feminismo Decolonial MUNANGA, Kabenguele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.

UNILAB	EMENTA: As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira, enfatizando as classes subalternas destacando a classe trabalhadora em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideó-políticas e socioculturais. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção das lutas sociais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA MARXISMO SEM FEMINISMO ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: na Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. IASI, M. L. Ensaio sobre consciência e emancipação. LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: estudo sobre a dialética marxista. MATTOS Marcelo B. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. MESZÁROS, István. O Século XXI. Socialismo ou Barbárie? GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros. GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos.
UFPI	EMENTA: Aportes teórico-metodológicos da análise da diferenciação/articulação das relações sociais de gênero, sexo, patriarcado, classe, raça e etnia na sociedade brasileira, como eixos fundantes das desigualdades sociais que incidem na organização doméstico-familiar, no mundo do trabalho e na constituição de sujeitos políticos. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Feminismo Pós-moderno/Interseccional ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Orgs.). Ensino Fundamental. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Feminismo Decolonial DURANO, Marina F. B. Globalização às custas das mulheres
UFPB	EMENTA: Família e reprodução social. As famílias nas diferentes formações sociais. Os conceitos de família nas políticas sociais. As teorias sobre gênero. Família e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo. Família e gênero na agenda das políticas sociais brasileiras. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal KALoustian, Silvio Manoug (org.). Família brasileira, a base de tudo. CARVALHO, Maria do Carmo. (org.). A família contemporânea em debate. Feminismo Socialista CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista - mais que um gênero em tempos neoliberais. ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. KOLONTAI, Alexandra. A nova mulher e a moral sexual. DUQUE-ARRAZOLA, Laura. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. FÁVERO, Eunice T. Questão social e perda do poder familiar. SALES, Mione A. et al. Política social, família e juventude - Uma questão de direitos Feminismo Radical HIRATA, H. A Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Feminismo Pós-moderno/Interseccional DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias.
UFCG	EMENTA: Família e reprodução social. Os conceitos de família nas políticas sociais. As teorias sobre gênero. Família e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo. Família e gênero na agenda das políticas sociais brasileiras.

	BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Liberal ALVES, Andréa Moraes. A Dama e o Cavalheiro: Um estudo Antropológico sobre Envelhecimento, Gênero e Sociabilidade. Feminismo Socialista ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. MOTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade.
UFPE	EMENTA: Família: conceitos e esquemas explicativos. Família e reprodução social. Transformações recentes na vida familiar. Família e relações de gênero. A família brasileira na agenda das políticas sociais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Liberal CARVALHO, Maria do Carmo. (org.). A família contemporânea em debate. BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. Feminismo Socialista ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. NETTO, José Paulo. Marxismo e família – notas para uma discussão. MONTALI, Lilia. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida.
UFAL	EMENTA 1: As relações de gênero e patriarcado. Relação do Serviço Social com o gênero. Feminização e feminilização da profissão. A divisão social e sexual do trabalho. Feminismo materialista. EMENTA 2: A construção social da feminilidade e da masculinidade. Família, relações de gênero e práticas de poder no processo histórico das configurações societárias, no ocidente. Diversidade sexual, cultural e religiosa. A configuração da família nas políticas sociais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal DURHAM, E. Família e reprodução humana: perspectivas antropológicas da mulher. Feminismo Radical CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. FERREIRA, V. [et al] (org.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. SAFFIOTTI, H. I. Gênero, patriarcado, violência. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Feminismo Decolonial MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.
UFS	EMENTA: O feminismo – antecedentes históricos. A questão feminina como questão social. O feminismo na encruzilhada da modernidade. Feminismo e o ponto de vista marxista. Os marxistas modernos e a elaboração teórica da questão feminina. Matrizes teóricas nos estudos da mulher: patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero. Abordagens da subjetividade e construção da identidade de gênero. Igualdade e diferença. O público e o privado. A construção da cidadania feminina. Inserção do gênero nas políticas sociais. Ações afirmativas. Estudos empíricos: gênero e serviço social. BIBLIOGRAFIA BÁSICA – ORTODOXA/DOGMÁTICA Feminismo Radical CRUZ, M.H.S. Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade. SAFFIOTTI, H I B. Gênero, patriarcado e violência. SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica.

Apêndice 2 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Centro-Oeste)

UFMT	EMENTA: Gênero, feminismo, raça/etnia no contexto das relações sociais e as suas interseções. Gênero, etnia e classes sociais na constituição das políticas públicas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Radical: SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. Diversidade sexual e de gênero e marxismo. Feminismo Pós-moderno/Interseccional LOURO, Guacira L. A emergência do “gênero”. LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? DUARTE, Marco José O <i>et al.</i> Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Feminismo Decolonial GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira.
UFG	EMENTA: Estudos feministas e de gênero. Gênero, corpo e sexualidade. Gênero, poder e questão social. Efetivação dos direitos sexuais na perspectiva da Cidadania. Aborto e (des)criminalização. Sexualidade, homofobia e homoafetividade. Crimes sexuais: assédio sexual, estupro, atentado violento ao pudor e pedofilia. BIBLIOGRAFIA BÁSICA – ORTODOXA/DOGMÁTICA Feminismo Pós-moderno/Interseccional BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. NAVARRO-SWAIN, Tânia. (org.) Feminismos: Teorias e Perspectivas. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II. O uso dos prazeres.
UNB	EMENTA: Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Welfare State: as experiências europeia e norte americana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política. As convenções internacionais e o combate à discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA – ORTODOXA/DOGMÁTICA Feminismo Pós-moderno/Interseccional BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. GUIMARAES, Antônio S. A. Classes, Raças e Democracia.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Apêndice 3 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Sudeste)

UFOP	EMENTA: Gênero, patriarcado e sexualidade na perspectiva dos estudos feministas. O traço patriarcal e racista do Escravidão colonial e do capitalismo dependente no Brasil. As lutas e movimentos feministas e LGBTQIA+ no Brasil: história e perspectivas. “Questão social”, relações patriarcais de gênero, diversidade sexual e Serviço Social. A relação entre gênero, diversidade sexual e a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais.
	BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Radical SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. CISNE, M; SANTOS, S. M. M dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e crítica de um preconceito. DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Viés Feminismo Decolonial GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira.
UFJF	EMENTA: Apresentar os principais fundamentos no campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça/etnia, a partir do debate nas Ciências Sociais e Humanas, em geral e, particularmente, no Serviço Social. Problematicar a interface desse debate contemporâneo com as lutas organizadas pelos sujeitos e movimentos sociais na garantia de políticas e direitos, como expressão das relações sociais de exploração/opressão/dominação no contexto do Estado capitalista. Elucidar as respostas do Estado brasileiro para essas expressões da questão social, a partir da esfera da gestão pública das políticas sociais para os respectivos sujeitos sociais (mulheres, LGBTQIA + e população negra). Essa disciplina tem caráter extensionista e parte da sua carga horária será computada como Atividade Curricular de Extensão por meio da sua vinculação a um projeto de extensão articulado à temática central da disciplina, a qual seja: raça/etnia, gênero e sexualidade.
	BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. VIANNA, A. de R. B.; LACERDA, P. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. Feminismo Socialista ALMEIDA, S. L. O que é racismo estrutural? RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”. SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e Serviço Social. Viés Feminismo Radical SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado e violência. SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de gênero. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Feminismo Pós-moderno/ Interseccional CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. LAQUEUR, T. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. DAVIS, A. Mulheres, raça e classe EURICO, M. C. et. al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. QUEIROZ, F. M <i>et al.</i> Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades: breve histórico e desafios

	SZWAKO, J. (Org.). Diferenças, Igualdade. VENTURA, M. A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania. VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil Feminismo Decolonial BENTO, C. O pacto da branquitude. HASENBALG, C. A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica. CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. CARNEIRO, S. O mito da democracia racial. FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. GOMES, C. de M. Gênero como categoria de análise decolonial GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira KILOMBA, G. A máscara. MBEMBE, A. Crítica da razão negra. MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual da raça, racismo, identidade e etnia. TELO, F. C. A. Direitos reprodutivos e (des)colonização: notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos. HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. HOLLANDA, H. B. de (org.) Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global.
UNIFESP	EMENTA: O debate étnico-racial e de gênero na construção da sociedade capitalista. Lutas sociais e políticas de combate às explorações e opressões. O Serviço Social e a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Pós-moderno/Interseccional DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Feminismo Decolonial GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. MBEMBE, Achille. Necropolítica
UFRJ	EMENTA: As teorias sobre gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista GRASSI, E. La mujer y la profesión de asistente social. Feminismo Radical SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho COMBES, D., Haicault, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes Feminismo Pós-moderno/Interseccional LAURETIS, T. Tecnologia do gênero ALMEIDA, S.S. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado.
UFF	EMENTA: Capitalismo e patriarcado. Questão social e relações sociais de gênero, o conceito de gênero e sua articulação com o debate de classe, étnico-racial, geração e orientação sexual na atualidade. As tendências do debate sobre a identidade de gênero e sexualidades. Apropriação das relações sociais de gênero pelo Serviço Social. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Radical CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. HIRATA, H. Dicionário crítico do feminismo.

	SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado, Violência. Feminismo Pós-moderno/Interseccional: COSTA, R. G. da, & Carrijo Rafael, J. (2021). Questão Social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. ABEPSS. GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. DAVIS, Angela. O significado da emancipação para as mulheres negras JESUS, Jacqueline Gomes. ¿Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais? HOOKS, Bel. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Feminismo Decolonial: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano OYÈWÚMÍ, Oyèrónkè. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.
UFRRJ	EMENTA: As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de gênero e a cidadania. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. As políticas sociais e a questão de gênero. Identidade profissional, gênero e Serviço Social. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal CABEDA, Sonia L. et al. Gênero e cultura: questões contemporâneas. Feminismo Socialista IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Feminismo Radical SAFFIOTTI, H. I. Gênero, patriarcado, violência. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BOURDIEU, P. A Dominação Masculina.
UFU	EMENTA: Fundamentação e a conceitualização de gênero. Os problemas contemporâneos de Serviço Social e gênero. Papéis sociais, campo e construção da masculinidade e feminilidade. Instrumentalidade no trabalho com mulheres. Serviço Social e os debates em torno da homossexualidade. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal LOPES, M <i>et al.</i> Gênero e saúde. Feminismo Radical FARIA, N., NOBRE, M.(orgs) Gênero e desigualdades. FARIA, N., NOBRE, M.(orgs). Economia Feminista. Feminismo Pós-moderno/Interseccional ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980.
UFTM	EMENTA: A diversidade de gênero enquanto construção social e gênero na formação sócio-histórica do Brasil. Diversidade sexual e o debate de gênero. A interseccionalidade de classe, gênero e raça no Brasil. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Radical CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social SAFFIOTTI, Heleieth IB. O poder do Macho. Feminismo Pós-moderno/Interseccional: FERREIRA, Guilherme Gomes. Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sócio jurídico.

UFES	EMENTA: Divisão social e divisão sexual do trabalho. Gênero como categoria de análise histórica. Balanço das principais produções sobre interseções entre relações de gênero, de classe e de raça/etnia; produção e reprodução, público e privado. Constituição do feminismo como sujeito político. Serviço Social e identidade de gênero. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas no Brasil pós-70. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - INCOMPLETA Na ementa de 2008 não havia nenhuma fonte. Análise apenas do texto da ementa. Feminismo Radical “divisão sexual do trabalho” “gênero como categoria de análise histórica” Feminismo Pós-moderno/Interseccional “interseções entre relações de gênero, de classe e de raça/etnia”
UNIRIO	EMENTA 1: Principais abordagens conceituais sobre gênero. As políticas sociais e a questão de gênero. Os movimentos sociais e a questão de gênero. O gênero e o Serviço Social. EMENTA 2: Teorias sociológicas e concepções de gênero, raça e etnia. Políticas sociais, diversidade de gênero e a realidade brasileira. Racismo. Políticas de cotas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal BRUSCHINI, Cristina. Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres. TOSCANO, Moema. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Feminismo Socialista TELES, Maria Amelia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil Feminismo Pós-moderno/Interseccional HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Apêndice 4 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Sul)

UFRGS	EMENTA: Sistema capitalista-patriarcal-racista. Divisão sociosexual e racial do trabalho no capitalismo. Construção sócio-histórica das relações sociais de classe, gênero, sexo, raça e etnia na configuração das expressões da questão social no Brasil. O Serviço Social e as relações de exploração/opressão de gênero, classe, raça e etnia. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros. Feminismo Radical BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração/opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Feminismo Pós-moderno/Interseccional FERREIRA, Guilherme Gomes. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. EURICO, Márcia Campos. <i>et al.</i> Formação em Serviço Social: Relações Patriarcais de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia E Sexualidades. EURICO, Márcia Campos. <i>et al.</i> Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos ABPESS. Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. FERRUGEM, Daniela; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Questão Social e Questão Racial na formação em Serviço Social: debate necessário. Viés Feminismo Decolonial: CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.
UFSM	EMENTA: Conhecer as teorias e as perspectivas de análise de gênero nas ciências humanas e sociais. Apreender o processo de construção social da categoria gênero. Compreender a discriminação positiva de gênero na formulação das políticas sociais. Identificar as conquistas e os desafios no contexto das políticas sociais para os gêneros e os transgêneros na realidade brasileira. Abordar a dimensão interventiva do Serviço Social, nas expressões da questão social com gênero. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Socialista PEREIRA, P. A. P. Política Social: temas & questões. Feminismo Radical CISNE, M. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. SAFFIOTI, H. I. B. A Mulher na sociedade de Classes: mito e realidade. SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. VELOSO, R.; BEZERRA V. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: a experiência vivida MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução.
UNILA	EMENTA: Questão Social: a questão de gênero. Serviço Social e relações de gênero. Relações de gênero na América Latina contemporânea e expressões da questão social. BIBLIOGRAFIA BÁSICA – PLURALISTA Feminismo Socialista GRASSI, E. La mujer y la profesión de asistente social. GOLDMAN, Wendy, Mulher Estado e Revolução. Feminismo Radical COMBES, D., Haicault, M. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes.

	Feminismo Pós-moderno/Interseccional COSTA, A. e Bruschini, C. (orgs.). Uma questão de gênero.
UFSC	EMENTA: Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e Políticas Públicas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal LUCIANO, Christiane dos Santos. O debate sobre gênero e feminismo no Serviço Social brasileiro: uma análise a partir da produção científica da categoria. TENORIO, Emilly Marques. Machismo. Feminismo Socialista FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. Feminismo Radical SAFFIOTI, H. Emprego doméstico e capitalismo. Feminismo Pós-moderno/Interseccional FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. BUTLER, Judith. Introdução. In.: Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. BUTLER, Judith. Vida precária, vida digna de luto. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. CFESS (org.). Serviço social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate [compilado de palestras]. ALMEIDA, Guilherme. Transfobia. CFESS. Março de lutas: Marielle semente, Marielle presente. CFESS (org.). Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro. DAVIS, Angela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. CFESS. As mina, mona e mana vão parar geral.
UNIPAMPA	EMENTA: As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. Gênero, sexualidade e identidade. As políticas sociais e a questão de gênero. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Liberal ALVES, B. M. & PITANGUY. O que é feminismo. Feminismo Radical SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Feminismo Pós-moderno/Interseccional BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. GERGEN, M. Mc. C (Org.) O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento. HOLLANDA, Ana Buarque. Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura. NOLASCO, S. (Org.) A desconstrução do masculino. RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: Utopia da Cidade Disciplinar. BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo - A Experiência Viva. BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. (Orgs.). Uma Questão de Gênero BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). Gênero, democracia e sociedade brasileira. LOPES, G. (Org.) Gênero, Educação e Sexualidade. VIEZZER, M.O Problema não Está na Mulher. LOPES, M.J <i>et al.</i> Gênero e saúde.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Apêndice 5 – Ementa, bibliografia básica e concepções teóricas (Região Norte)

UFT	EMENTA: Debate e polêmicas entre as relações de exploração e opressão de gênero, raça/ etnia, sexualidade e classe social. Conservadorismo, Patriarcado e violências contra as mulheres, negros/ as e LGBTI + nos espaços públicos e privados. A particularidade dos movimentos e lutas sociais na América Latina articulados em torno dos direitos sexuais e direitos reprodutivos no capitalismo dependente. O movimento feminista negro e o latino-americano. As políticas sociais de enfrentamento as desigualdades de gênero e sexualidade no âmbito do Estado Brasileiro. A questão social e as mediações de gênero, raça/ etnia e sexualidade no exercício profissional dos/as assistentes sociais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Radical SAFIOTTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. Feminismo Decolonial LIMA, Márcia; RIOS, Flávia. Por um feminismo afro-latino-americano.
UFPA	EMENTA: Construção social das relações de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e Políticas Públicas. Reconhecimento da desigualdade de gênero e etnia: o sistema de cotas como mecanismos de ações afirmativas. Desigualdades étnico-raciais e estratégias de resistência. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - PLURALISTA Feminismo Radical SAFFIOTI, H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Feminismo Pós-moderno/ Interseccional HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. GURALDELLI, Reginaldo, ENGLER, Helen Barbosa Raiz. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social. Viés Feminismo Decolonial: SALES, Augusto dos Santos. (Org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.
UFAM	EMENTA: Diversidade sexual, desafios teóricos e políticos. Envelhecimento e aspectos sociais. Políticas públicas e inclusão social na perspectiva geracional. Família na Contemporaneidade, diversidades, configurações e desafios. BIBLIOGRAFIA BÁSICA - DUALISTA Feminismo Socialista TEIXEIRA, Solange. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital. Feminismo Radical CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. MIOTO, Regina <i>et al.</i> Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social.

Fonte: Elaboração Própria (2025)